

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	80
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	83
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	443.781.062
Preferenciais	0
Total	443.781.062
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.386.170
Preferenciais	0
Total	2.386.170

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	6.573.254	5.753.778	4.807.686
1.01	Ativo Circulante	3.512.500	3.147.390	2.197.867
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	654.121	589.086	121.040
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	30.880	3.500
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	30.880	3.500
1.01.03	Contas a Receber	669.015	621.223	391.941
1.01.03.01	Clientes	530.268	522.940	288.453
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes - Cartões de Créditos	508.492	511.516	276.703
1.01.03.01.02	Convenios a Receber	26.476	9.731	15.400
1.01.03.01.03	Comissoes a Receber	86	220	469
1.01.03.01.04	Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM	0	6.249	4.276
1.01.03.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-764	-993	-5.604
1.01.03.01.06	Ajuste a Valor Presente	-4.022	-3.783	-2.791
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	138.747	98.283	103.488
1.01.03.02.01	Acordos Comerciais	100.970	66.346	79.293
1.01.03.02.02	Despesas antecipadas	5.965	8.202	4.384
1.01.03.02.03	Outras	31.812	23.735	19.811
1.01.04	Estoques	1.956.957	1.702.095	1.466.371
1.01.06	Tributos a Recuperar	232.407	198.318	204.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	232.407	198.318	204.153
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	5.788	10.862
1.01.08.03	Outros	0	5.788	10.862
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	0	5.788	10.862
1.02	Ativo Não Circulante	3.060.754	2.606.388	2.609.819
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	648.692	611.527	471.546
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.639	9.517	6.769
1.02.01.07	Tributos Diferidos	204.018	192.555	165.162
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	204.018	192.555	165.162

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	436.035	409.455	299.615
1.02.01.10.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	414.418	370.810	273.194
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	21.617	38.645	25.328
1.02.01.10.06	Operações com derivativos	0	0	1.093
1.02.02	Investimentos	72.596	70.797	70.290
1.02.02.01	Participações Societárias	72.596	70.797	70.290
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	72.596	70.797	70.290
1.02.03	Imobilizado	665.611	541.289	582.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	665.611	541.289	582.154
1.02.04	Intangível	1.673.855	1.382.775	1.485.829
1.02.04.01	Intangíveis	1.673.855	1.382.775	1.485.829
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.615.645	1.344.910	1.450.682
1.02.04.01.03	Intangíveis	58.210	37.865	35.147

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	6.573.254	5.753.778	4.807.686
2.01	Passivo Circulante	2.191.432	1.889.099	1.693.634
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	103.425	89.234	108.003
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	103.425	89.234	108.003
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	103.425	89.234	108.003
2.01.02	Fornecedores	1.306.492	1.244.490	1.100.254
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.306.492	1.244.490	1.100.254
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.095	106.399	86.521
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.167	35.569	30.694
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	60.442	67.174	54.579
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.486	3.656	1.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	435.702	241.629	213.881
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	314.703	206.864	193.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	314.703	206.864	193.797
2.01.04.02	Debêntures	120.999	34.765	20.084
2.01.05	Outras Obrigações	251.718	207.347	184.975
2.01.05.02	Outros	251.718	207.347	184.975
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	28	4.002	5.537
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.247	12.706	7.986
2.01.05.02.09	Aluguéis a Pagar	22.296	18.359	6.726
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	222.147	172.280	164.726
2.02	Passivo Não Circulante	2.291.625	1.923.756	2.089.532
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	753.909	636.847	725.107
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	169.672	387.175	442.286
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	169.672	387.175	442.286
2.02.01.02	Debêntures	584.237	249.672	282.821
2.02.02	Outras Obrigações	1.515.151	1.259.668	1.343.177
2.02.02.02	Outros	1.515.151	1.259.668	1.343.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições a recolher	7.177	8.214	10.844
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	1.507.974	1.251.454	1.332.333
2.02.04	Provisões	22.565	27.241	21.248
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.565	27.241	21.248
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	244	339	492
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.596	23.215	15.115
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.208	2.819	4.929
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	517	868	712
2.03	Patrimônio Líquido	2.090.197	1.940.923	1.024.520
2.03.01	Capital Social Realizado	1.199.219	1.200.666	382.727
2.03.02	Reservas de Capital	369.696	383.432	381.001
2.03.04	Reservas de Lucros	521.282	356.825	260.792
2.03.04.01	Reserva Legal	32.702	32.702	32.702
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	488.580	324.123	228.090

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.528.710	6.858.492	6.422.248
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.108.147	-4.737.825	-4.404.082
3.03	Resultado Bruto	2.420.563	2.120.667	2.018.166
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.046.574	-1.798.885	-1.802.340
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.777.245	-1.583.398	-1.597.629
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-271.820	-219.605	-204.711
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.367	4.276	159
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.107	-1.470	-665
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.231	1.312	506
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	373.989	321.782	215.826
3.06	Resultado Financeiro	-200.660	-253.183	-245.852
3.06.01	Receitas Financeiras	79.561	204.976	316.611
3.06.02	Despesas Financeiras	-280.221	-458.159	-562.463
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	173.329	68.599	-30.026
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.872	27.434	23.081
3.08.01	Corrente	-20.335	0	0
3.08.02	Diferido	11.463	27.434	23.081
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	164.457	96.033	-6.945
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	164.457	96.033	-6.945
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,37	0	0
3.99.01.02	ON	0,37	0,22	-0,02
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0	-0,02

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	164.457	96.033	-6.945
4.03	Resultado Abrangente do Período	164.457	96.033	-6.945

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.402	-84.781	182.961
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	627.804	504.031	421.468
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	164.457	96.033	-6.945
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	278.654	250.590	253.010
6.01.01.03	Ajuste a valor presente nos ativos e passivos	-3.934	4.955	-1.896
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	56.373	45.087	51.740
6.01.01.05	Valor justo de instrumentos financeiros	5.737	-54.859	6.289
6.01.01.06	Variação Cambial	908	60.220	15.095
6.01.01.07	Juros sobre Arrendamento Mercantil	120.238	115.138	127.840
6.01.01.08	Constituição (reversão) da Provisão para Contingências	2.212	7.416	10.081
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	-2.231	-1.312	-506
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	20.335	0	0
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.463	-27.434	-23.081
6.01.01.13	Constituição (realização) das tarifas antecipadas - empréstimos, financiamentos e debêntures	-4.531	-37	-2.165
6.01.01.14	Outros ajustes ao lucro	-3.509	159	-5.406
6.01.01.16	Provisão para encerramento de lojas	-1.107	-5.777	1.850
6.01.01.17	Baixa líquida dos bens do ativo imobilizado e intangível	5.104	6.387	30.639
6.01.01.19	Provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa	5.745	6.365	-1.423
6.01.01.20	Provisão para perdas nos estoques	-5.184	1.100	-33.654
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-320.401	-435.627	-55.137
6.01.02.01	Arrecadação de recursos de terceiros	-3.974	-1.535	-15.095
6.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	-7.337	-235.658	27.476
6.01.02.04	Estoques	-250.754	-237.090	76.308
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-83.225	-98.558	-229.970
6.01.02.06	Outros Créditos	-25.688	-3.703	52.483
6.01.02.07	Despesas antecipadas	2.237	-3.818	-1.794
6.01.02.08	Fornecedores	67.251	136.696	23.879
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-33.676	17.248	23.080

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.11	Salários e férias a pagar	23.175	-24.180	-4.328
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-8.410	14.971	-7.176
6.01.03	Outros	-171.001	-153.185	-183.370
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-36.085	-9.632	-42.838
6.01.03.03	Pagamento de debêntures tomada - juros	-14.678	-28.415	-12.692
6.01.03.05	Pagamento de arrendamentos - juros	-120.238	-115.138	-127.840
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-209.731	-76.064	-54.393
6.02.05	Aplicações financeiras	31.758	-30.128	5.075
6.02.09	Aquisição de ativo imobilizado	-211.874	-35.055	-51.811
6.02.11	Aquisição de intangível	-29.615	-10.881	-7.657
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	138.364	628.891	-125.725
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	160.000	324.000	479.400
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-267.603	-454.432	-807.584
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-146.668	-123.002	-111.199
6.03.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	0	0	861
6.03.05	Emissão de debêntures	450.000	0	300.000
6.03.06	Pagamento de debênture tomada - principal	-33.198	0	0
6.03.07	Liquidação dos swaps – efeito caixa	0	63.581	12.627
6.03.08	Integralização de capital	0	858.962	0
6.03.09	Recursos provenientes das opções de ações outorgadas	0	0	170
6.03.11	Dividendos e JSCP recebidos	0	805	0
6.03.12	Custos com Emissão de Ações	-1.447	-41.023	0
6.03.13	Recompra de Ações	-22.720	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.035	468.046	2.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	589.086	121.040	118.197
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	654.121	589.086	121.040

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200.666	383.432	356.825	0	0	1.940.923
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200.666	383.432	356.825	0	0	1.940.923
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-20.040	0	0	0	-20.040
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.040	0	0	0	-20.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.457	0	164.457
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.457	0	164.457
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-1.447	6.304	164.457	-164.457	0	4.857
5.07	Saldos Finais	1.199.219	369.696	521.282	0	0	2.090.197

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520
5.04	Transações de Capital com os Sócios	858.962	0	0	0	0	858.962
5.04.01	Aumentos de Capital	858.962	0	0	0	0	858.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.033	0	96.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.033	0	96.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-41.023	2.431	96.033	-96.033	0	-38.592
5.06.04	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-5.411	0	0	0	-5.411
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	96.033	-96.033	0	0
5.06.08	Custos com Emissão de Ações	-41.023	0	0	0	0	-41.023
5.06.09	Plano de Ações Restritas	0	7.842	0	0	0	7.842
5.07	Saldos Finais	1.200.666	383.432	356.825	0	0	1.940.923

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	170	-6.945	6.945	0	170
5.06.04	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	170	0	0	0	170
5.06.06	Absorção de prejuízo de exercício	0	0	-6.945	6.945	0	0
5.07	SalDOS Finais	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	7.981.799	7.238.357	6.731.594
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.968.063	7.234.081	6.720.934
7.01.02	Outras Receitas	13.736	4.276	10.660
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.549.718	-5.043.755	-4.734.851
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.734.672	-4.359.590	-4.040.707
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-815.046	-684.165	-694.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.432.081	2.194.602	1.996.743
7.04	Retenções	-278.657	-250.590	-253.011
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278.657	-250.590	-253.011
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.153.424	1.944.012	1.743.732
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.753	40.414	71.181
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.231	1.312	506
7.06.02	Receitas Financeiras	68.522	39.102	70.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.224.177	1.984.426	1.814.913
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.224.177	1.984.426	1.814.913
7.08.01	Pessoal	917.165	839.685	855.805
7.08.01.01	Remuneração Direta	778.116	709.388	720.662
7.08.01.02	Benefícios	82.944	79.404	82.889
7.08.01.03	F.G.T.S.	56.105	50.893	52.254
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	924.989	837.830	708.822
7.08.02.01	Federais	139.313	102.851	57.858
7.08.02.02	Estaduais	770.267	724.363	640.879
7.08.02.03	Municipais	15.409	10.616	10.085
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	217.566	210.878	257.231
7.08.03.01	Juros	180.170	181.710	217.398
7.08.03.02	Aluguéis	37.396	29.168	39.833
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	164.457	96.033	-6.945
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	164.457	96.033	-6.945

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho **PagueMenos**

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T21 e 2021



Fortaleza, Ceará, 9 de março de 2022. A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia” ou “Pague Menos”), primeira rede do varejo farmacêutico presente em todos estados do país, levando produtos e serviços de saúde para cerca de 350 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2021 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Desde 2019, nossas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o IFRS 16, que alterou os critérios de reconhecimento dos contratos de aluguel. Para demonstrar os efeitos da implementação desta norma e facilitar a comparabilidade entre períodos, apresentamos na página 20 deste release o Demonstrativo do Resultado do Exercício excluindo os efeitos do IFRS 16.

PRINCIPAIS DESTAQUES 4T21 e 2021

- **Expansão:** abertura de 80 lojas em 2021 e 48 no 4T21
- **Vendas:** crescimento total de 10,3% em 2021, sendo 9,9% em mesmas lojas e 9,3% em lojas maduras
- **Digital:** crescimento de 85,3% nas vendas em 2021, atingindo 8,8% das vendas totais no 4T21
- **Clinic Farma:** realização de 2,5 milhões de atendimentos em 2021 (+196% vs. 2020)
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 671,0 milhões em 2021, crescimento de 17,2%, e margem de 8,3% (expansão de 0,5p.p.)
- **Lucro Líquido Ajustado:** R\$ 176,6 milhões em 2021, crescimento de 83,9%, e margem de 2,2% (expansão de 0,9p.p.)
- **ESG:** divulgação dos compromissos e 32 metas da nossa agenda ESG

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ milhões)	4T20	4T21	Δ	2020	2021	Δ
Receita Bruta	1.955,3	2.074,8	6,1%	7.308,4	8.062,9	10,3%
Lucro Bruto	574,8	616,7	7,3%	2.120,7	2.420,6	14,1%
% Margem Bruta	29,4%	29,7%	0,3 p.p.	29,0%	30,0%	1,0 p.p.
Margem de Contribuição	214,9	221,4	3,0%	768,6	900,4	17,1%
% Margem de Contribuição	11,0%	10,7%	(0,3 p.p.)	10,5%	11,2%	0,7 p.p.
EBITDA Ajustado	157,8	159,0	0,7%	572,4	671,0	17,2%
% Margem EBITDA Ajustada	8,1%	7,7%	(0,4 p.p.)	7,8%	8,3%	0,5 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	37,5	26,0	(30,8%)	96,0	176,6	83,9%
% Margem Líquida Ajustada	1,9%	1,3%	(0,6 p.p.)	1,3%	2,2%	0,9 p.p.

DESTAQUES OPERACIONAIS	4T20	4T21	Δ	2020	2021	Δ
# de Lojas	1.105	1.165	5,4%	1.105	1.165	5,4%
# de Lojas com Clinic Farma	809	879	8,7%	809	879	8,7%
Venda Média loja/mês (R\$ mil)	590	604	2,4%	547	592	8,2%
# de Atendimentos (mil)	28.058	28.191	0,5%	108.937	108.495	(0,4%)
Ticket Médio (R\$)	69,69	73,60	5,6%	67,09	74,32	10,8%
# de Funcionários	18.947	19.988	5,5%	18.947	19.988	5,5%
# Média de Funcionários/loja	17,1	17,2	0,1	17,1	17,2	0,1
Venda Média Func/mês (R\$ mil)	34,2	35,0	2,4%	31,2	34,5	10,8%
% de Vendas dos Canais Digitais	5,2%	8,8%	3,6 p.p.	4,7%	7,7%	3,0 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



VIVA PLENAMENTE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano 2021 foi marcado pela consistência dos nossos resultados, melhorias operacionais e importantes investimentos estratégicos que estão pavimentando o nosso futuro.

O sólido resultado de 2021, com crescimento das mesmas lojas acima da inflação de medicamentos, expansão de margens e lucro líquido 84% superior ao do ano anterior, superou as expectativas à época de nosso IPO e foi alcançado mesmo com cenário macroeconômico consideravelmente mais desafiador do que o originalmente previsto, com agravamento da pandemia, pressão inflacionária em importantes despesas operacionais e corrosão do poder de compra das famílias. Este é o oitavo trimestre seguido de entregas consistentes.

As métricas operacionais relacionadas às nossas principais prioridades estratégicas avançaram expressivamente em 2021. O canal digital apresentou robusto crescimento de 85% no ano, atingindo 8,8% das vendas totais no 4T21. O ritmo de crescimento supera o observado no mercado e de outras grandes redes, resultando em incremento de *market share* no *ecommerce* em todas as regiões do país. A quantidade de consultas realizadas no Clinic Farma praticamente triplicou no ano, impulsionada pela demanda de testes de Covid-19, e também pelo início da mudança de hábito da população, que está passando a reconhecer nossos consultórios farmacêuticos como uma solução prática e conveniente para o atendimento primário de problemas de saúde, tanto agudos como crônicos, contribuindo diretamente para sua saúde e bem-estar, avançando para ser uma linha de receita relevante.

Em 2021, avançamos consideravelmente em diferentes frentes de relacionamento com os clientes, aumentando fidelização, engajamento e o *lifetime value* dos clientes atuais. Avançamos muito na parceria estratégica com operadoras de planos de saúde e grandes empresas, com vendas provenientes desse canal saltando de 12% das vendas totais em 2020 para 21% em 2021 e 26% no 4T21. Nossas ações e campanhas promocionais de CRM, alavancadas cada vez mais pelo poderoso *data lake* construído ao longo dos últimos anos, foram responsáveis por 2,8% das vendas totais da companhia, mais que o dobro em relação ao ano anterior. Continuamos apostando em cada uma dessas frentes como importantes alavancas de incremento de vendas, que sustentarão nosso crescimento de mesmas lojas nos próximos trimestres.

Além disso, importantes investimentos estratégicos realizados ao longo dos últimos trimestres estão contribuindo consideravelmente para a performance da companhia. Um exemplo é a estratégia de gerenciamento de categorias de produtos. A melhoria na disponibilidade de produtos em loja é uma equação que envolve quantidade de produtos (sortimento), ruptura, índice de perdas e capital de giro. Nossa equipe comercial foi capaz de elevar a média de produtos em lojas de 7,4 mil, no início de 2019, para 9,8 mil ao final de 2021, reduzindo, ao mesmo tempo, o nível de ruptura, índice de perdas e mantendo o ciclo de caixa em patamar controlado. No 4T21, as ativações de produtos realizadas nos últimos 2 anos concentraram 15% das vendas totais, evidenciando o sucesso dessa estratégia. Outro investimento importante foi na atração e retenção de executivos. Formamos ao longo dos últimos anos um time de ponta, com excelentes profissionais em cada área estratégica. Adicionalmente, investimentos vêm sendo feitos no novo Sistema de Loja (PDV), transformação digital, gestão de pessoas e atendimento ao cliente. Contratamos mais de 100 profissionais de tecnologia chegando a quadro total de mais de 300 colaboradores, avançando na nossa transformação.

O ano de 2021 também foi marcado pela retomada de nossa estratégia de expansão. A Pague Menos sempre foi uma empresa de crescimento robusto. Em 40 anos de existência conseguimos atingir, sem grandes movimentos de fusões e aquisições, posições de liderança no ranking do varejo farmacêutico brasileiro. O último ciclo de abertura de lojas, executado entre os anos de 2016 a 2019, trouxe aprendizados valiosos. Naquele ciclo de expansão inauguramos aproximadamente 500 lojas, com alguns erros que resultaram no encerramento de 80 filiais dessa safra. As outras 420 lojas, no entanto, entregam hoje sólidos resultados, com faturamento médio mensal superior a R\$ 600 mil e margens de contribuição acima de 10%. A partir de 2020, mergulhamos em intenso processo de revisão estratégica, otimização de portfólio, implantação de novas ferramentas, *capabilities* e equipe, o que resultou no planejamento detalhado deste novo ciclo iniciado em 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Inauguramos 80 lojas em 2021, que, ainda que com poucos meses de operação, apresentam sinais iniciais promissores, com curva de maturação alinhada com o projetado.

Também anunciamos em 2021 a aquisição da Extrafarma (sob análise do CADE), a maior transação do varejo farmacêutico dos últimos anos, com excelente potencial de sinergia e reforço de nosso posicionamento estratégico.

A expansão orgânica e inorgânica, combinada com o ritmo de crescimento de mesmas lojas acima da média de mercado, posicionam a Pague Menos como um dos principais veículos para capturar o crescimento secular no setor de saúde do país, alavancado pelo rápido envelhecimento populacional.

Terminado 2021, o ano de 2022 iniciou-se com uma alta demanda por testes de Covid-19 e medicamentos para a Influenza e gripe, causada pelo maior nível de contágio desde o início da pandemia. Tem sido uma prova de fogo manter a capacidade de atendimento do nosso Clinic Farma com nível de absenteísmo cinco vezes maior que o normal. Mesmo assim, nossa operação foi capaz de aplicar de mais de 500 mil testes de Covid-19 no mês de janeiro, superando em 2x o pico anterior em maio de 2021, e atingindo até 20% de *market share* de testagem dentre as redes que compõe a Abrafarma.

Do ponto de vista macroeconômico, esperamos que a dinâmica inflacionária seja neutra em 2022, ao contrário do que ocorreu em 2021, quando o reajuste de medicamentos foi inferior à inflação de despesas. Com o contínuo crescimento de lojas maduras, normalização no ritmo de expansão orgânica a partir do 2T22, início da integração e captura de sinergias da Extrafarma, estimamos melhorias na alavancagem operacional.

No segundo semestre do ano, projetamos entrar em “velocidade de cruzeiro” na expansão orgânica, dinâmica inflacionária positiva e o início da integração e captura de sinergias da Extrafarma, após a conclusão do processo de análise do CADE.

O ano 2022 também será determinante para nossa agenda ESG. Anunciamos em janeiro nossos compromissos, acompanhados de 32 objetivos de curto, médio e longo prazos para contribuir positivamente com temas materiais como aquecimento global; diversidade e inclusão; saúde e bem-estar; e redução das desigualdades. Os compromissos contam com metas específicas, compartilhadas de forma transparente em: <https://esg.paguemenos.com.br>. Essa agenda é resultado de uma história construída ao longo de 40 anos de respeito ao meio ambiente, compromisso com a sustentabilidade dos negócios e foco no cuidado às pessoas. Atualmente, estamos mais preparados do que nunca para assumir protagonismo na jornada ESG que vem mudando a forma como as empresas em todo mundo estão se posicionando na sociedade.

Continuamos muito entusiasmados com todas as oportunidades que se colocam a frente! Sentimos que estamos apenas começando e prontos para continuar trabalhando na entrega de sólidos resultados e na construção de um ecossistema de saúde capaz de melhorar a vida dos nossos clientes e stakeholders. Obrigado a todos que contribuíram para os resultados apresentados e desejamos um excelente 2022 para todos nós.

Mário Queirós, CEO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho **PagueMenos** VIVA PLENAMENTE

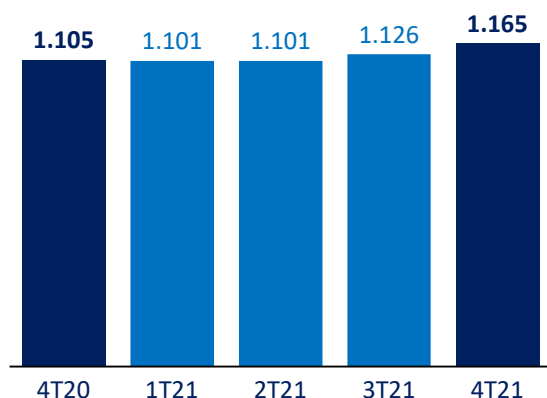
PORTFÓLIO DE LOJAS

No 4T21 foram inauguradas 48 lojas, totalizando 80 inaugurações no ano. O portfólio atingiu 1.165 pontos de venda distribuídos em 348 municípios, ~90% de lojas maduras.

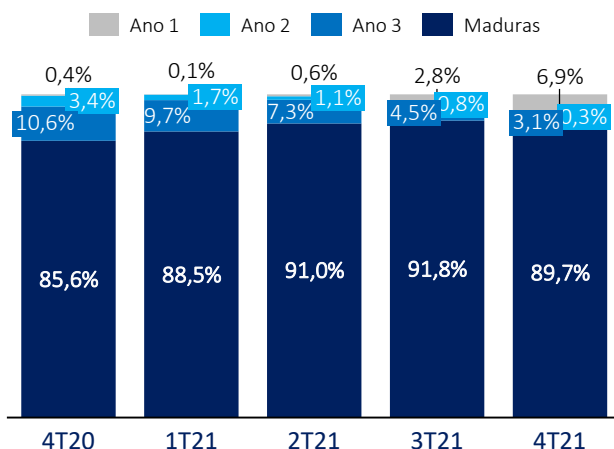
Nosso plano de expansão continua priorizando as regiões Norte e Nordeste, com ~80% das inaugurações do ano realizadas nessas regiões, e com foco voltado para a classe média expandida (classes B2/C/D).

Além da expansão no portfólio, investimentos estratégicos foram feitos também em reformas, com 99 lojas reformadas no período.

Evolução Base de Lojas

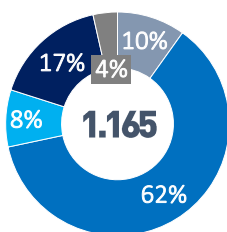


Perfil Etário de Lojas

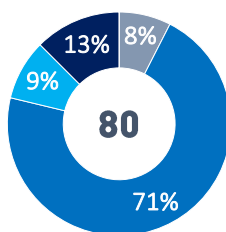


Base de Lojas

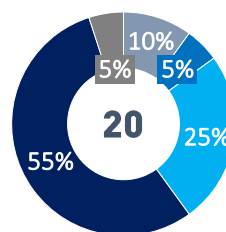
POR REGIÃO



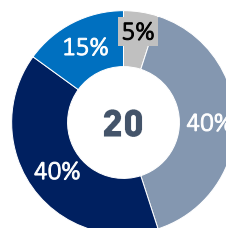
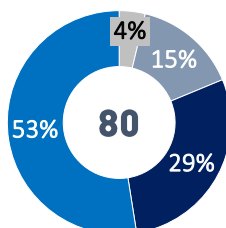
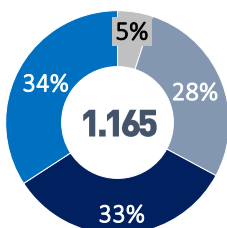
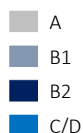
Aberturas 2021



Fechamentos 2021



POR CLASSE SOCIAL¹



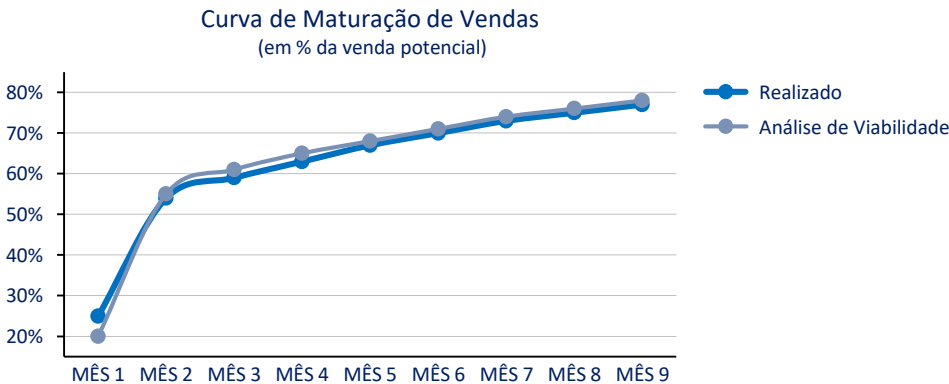
¹ Classe social predominante no entorno de cada loja (isócronas de 5 minutos de deslocamento a carro). Segmentação segue critérios do IBGE, onde a Classe A compreende domicílios com média de renda mensal familiar de R\$ 22,7 mil, Classe B1 de R\$ 10,7 mil, Classe B2 de R\$ 5,7 mil, e C/D de até R\$ 3,0 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

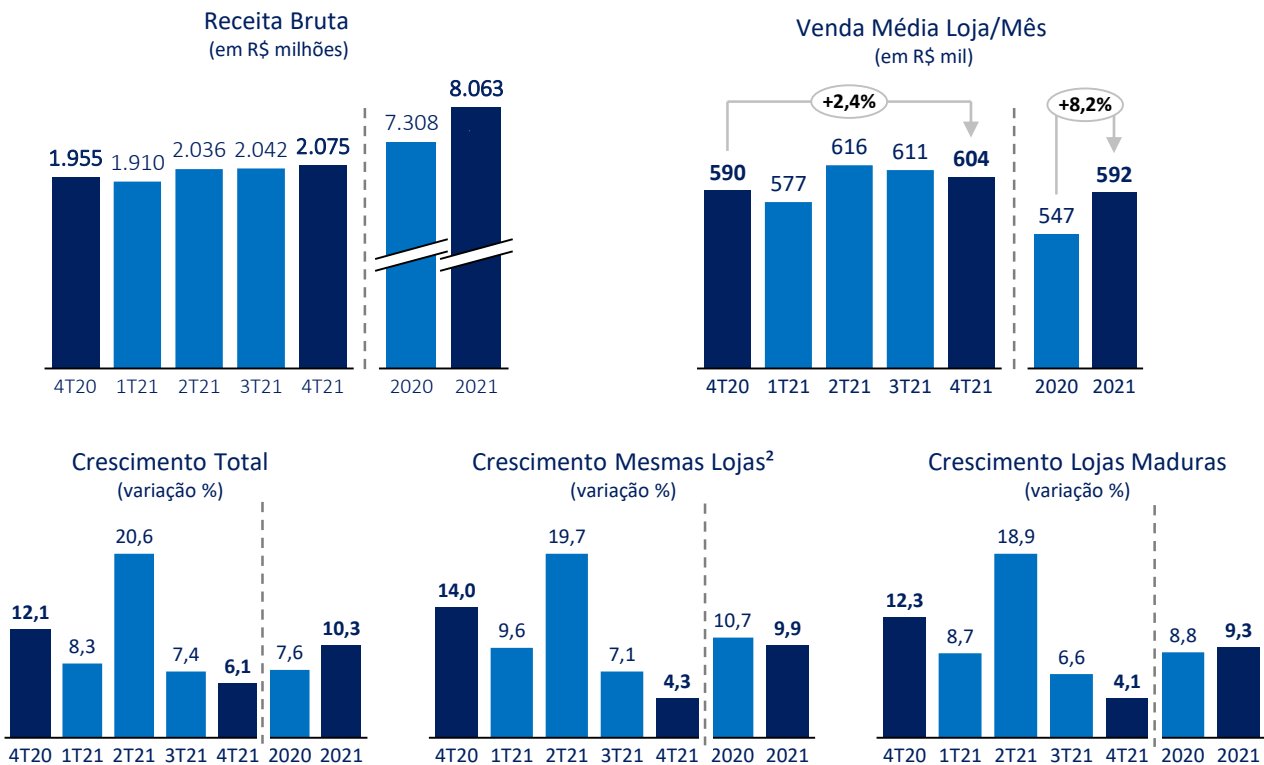
VIVA PLENAMENTE

A nova safra de lojas apresenta resultado promissor nos primeiros meses de operação, com maturação alinhada aos estudos de viabilidade econômica. Abaixo, apresentamos a curva de maturação realizada em percentual da venda potencial das lojas no ponto de maturação (3º ano de operação).



VENIDAS

No ano, atingimos R\$ 8.063 milhões em vendas, crescendo 10,3% em relação a 2020, crescimento de 9,9% no conceito mesmas lojas, e 9,3% em vendas de lojas maduras. Pelo segundo ano consecutivo, lojas maduras crescem acima da média da inflação de medicamentos, refletindo os ganhos de produtividade gerados pela estratégia digital, ativações CRM, melhorias em *supply chain* e nível de excelência no atendimento aos clientes.



² O conceito “mesmas lojas” desconsidera lojas fechadas temporariamente com duração superior a sete dias corridos. Incluindo lojas fechadas temporariamente na base, os crescimentos mesmas lojas do 4T20, 1T21, 2T21, 3T21 e 4T21 foram de 13,5%, 9,3%, 20,6%, 7,1% e 4,3%, respectivamente.

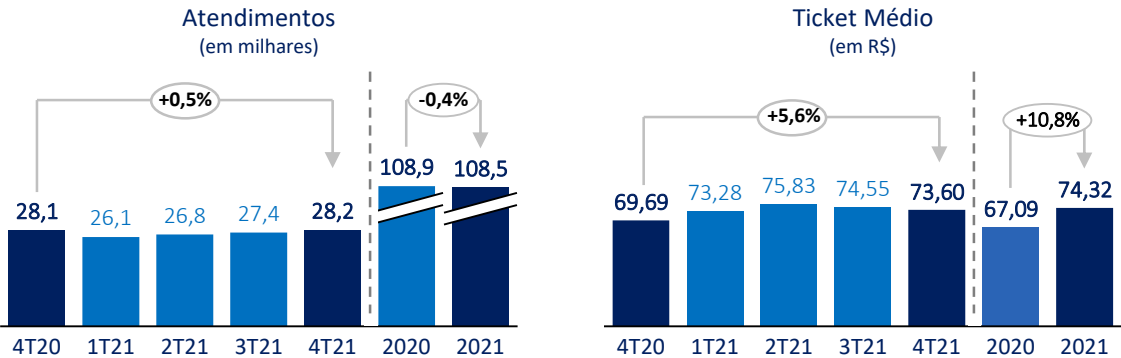
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VIVA PLENAMENTE

No 4T21, atingimos R\$ 2.075 milhões em vendas, crescimento de 6,1% em relação ao 4T20 e crescimento em mesmas lojas de 4,1%. Observamos uma diminuição do percentual de crescimento nas regiões Norte e Nordeste em função da forte base de comparação do 4T20. O SSS dessas regiões foi de 3,3% no trimestre, enquanto demais regiões registraram SSS de 8,3%. Na visão acumulada em dois anos a variação foi bem menor, 17,9% no Norte e Nordeste versus 18,6% nas demais regiões. Importante destacar que observamos uma reversão de tendência de vendas com forte aceleração na demanda nessas regiões a partir da segunda metade de dezembro, impulsionando o ritmo de crescimento para níveis acima da inflação.

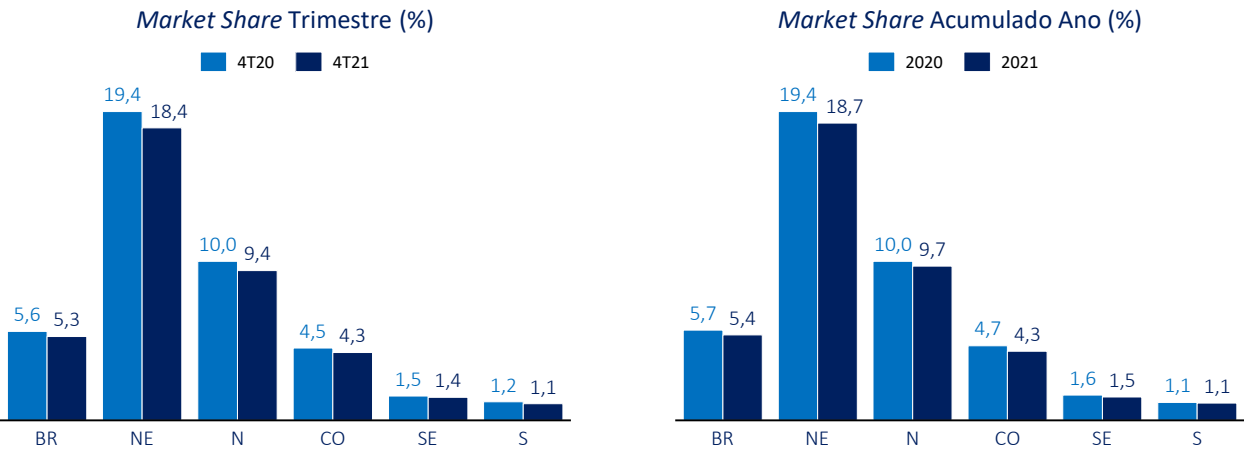
A venda média mensal por loja no trimestre foi de R\$ 604 mil, patamar levemente abaixo do observado no trimestre anterior em função da adição de 48 novas lojas no portfólio, em estágio inicial de maturação. Desconsiderando as novas lojas, a venda média mensal foi de R\$ 611 mil, em linha com o trimestre anterior.

O crescimento total foi composto por acréscimo de 0,5% no volume de atendimentos combinado com incremento 5,6% no ticket médio. Dentre os componentes do ticket médio, observamos aumento no preço médio de 6,3%, parcialmente compensado por redução na quantidade de produtos por cesta e mix de produtos.



MARKET SHARE

No 4T21, houve redução de 0,3p.p. de *market share* no Brasil, sendo 1,0p.p. no Nordeste e 0,7p.p. no Norte, direcionado principalmente para farmácias independentes e associativistas, que cresceram 0,9p.p. no Nordeste e 1,7p.p. no Norte. Importante ressaltar que as aberturas de lojas da Pague Menos estão muito concentradas no quarto trimestre de 2021, logo seu impacto ainda não é perceptível na dinâmica de *market share*.



Fonte: IQVIA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

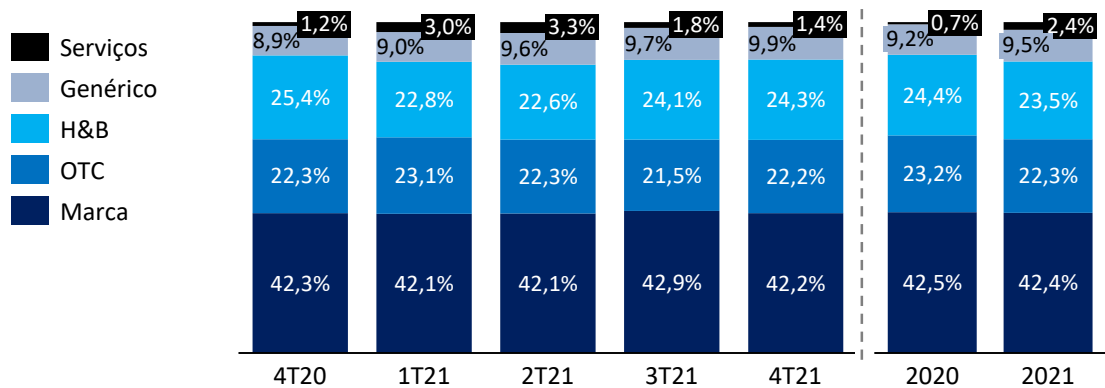
VIVA PLENAMENTE

Entendemos que o avanço de independentes e associações no período está relacionado aos seguintes fatores: i) aumento do isolamento social, devido ao avanço da terceira onda de Covid, comprometendo o fluxo em centros comerciais e beneficiando farmácias de bairro; ii) descasamento entre as métricas *sell-in* e *sell-out* capturadas pela IQVIA, com aceleração nas compras no atacado puxadas pela expectativa de aumento de demanda por conta do surto de Influenza e avanço da variante ômicron; e iii) aceleração no ritmo de inaugurações. No ano de 2021, farmácias independentes e associações registraram abertura líquida de mais de 4 mil novos pontos de venda, número 25% maior que o total de inaugurações de 2020.

Estamos bastante otimistas de que as 80 lojas inauguradas no final de 2021 e aquelas a serem abertas em 2022, somadas à boa performance das mesmas lojas, reflita positivamente em *market share* nos próximos períodos.

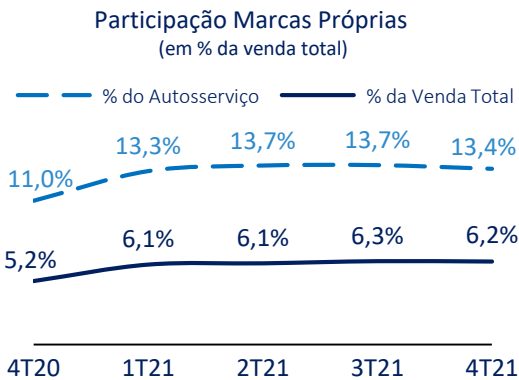
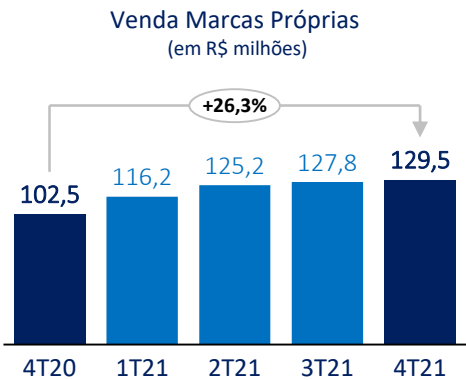
MIX DE VENDAS

O mix de vendas continua evoluindo de forma favorável para a margem bruta, com destaque para o incremento na participação de genéricos. No 4T21, essa categoria apresentou crescimento de 18,0%, atingindo 9,9% das vendas totais. O crescimento registrado, acima do mercado, reflete os esforços em ampliação de sortimento, precificação e ações promocionais direcionadas para essa categoria. Ainda somos *undershare* em genéricos, com relevante potencial de crescimento.



MARCAS PRÓPRIAS

No 4T21, os produtos marcas próprias totalizaram R\$ 129,5 milhões em vendas, crescimento de 26,3% em relação ao 4T20, acelerando o ritmo de crescimento observado nos trimestres anteriores. A participação sobre a venda total atingiu 6,2%, incremento de 1,0p.p. em relação ao 4T20 e a participação sobre o total do autosserviço foi de 13,4%, incremento de 2,4p.p. em relação ao 4T20.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

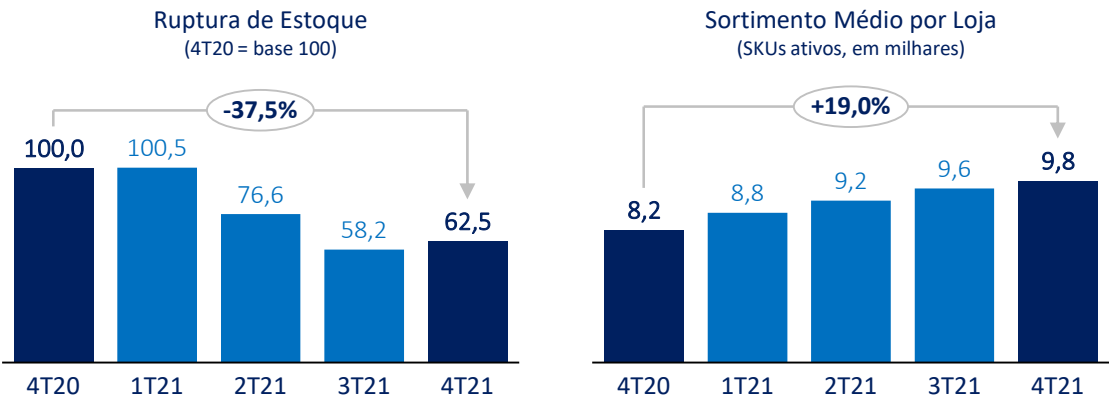
VIVA PLENAMENTE

Em 2021, produtos de nossas marcas próprias totalizaram R\$ 498,7 milhões em vendas, representando 6,2% das vendas totais. O bom desempenho é resultado principalmente do lançamento de novos produtos e categorias, diversificando a nossa exposição em parcela cada vez maior do portfólio de produtos.

SORTIMENTO E RUPTURA DE ESTOQUES

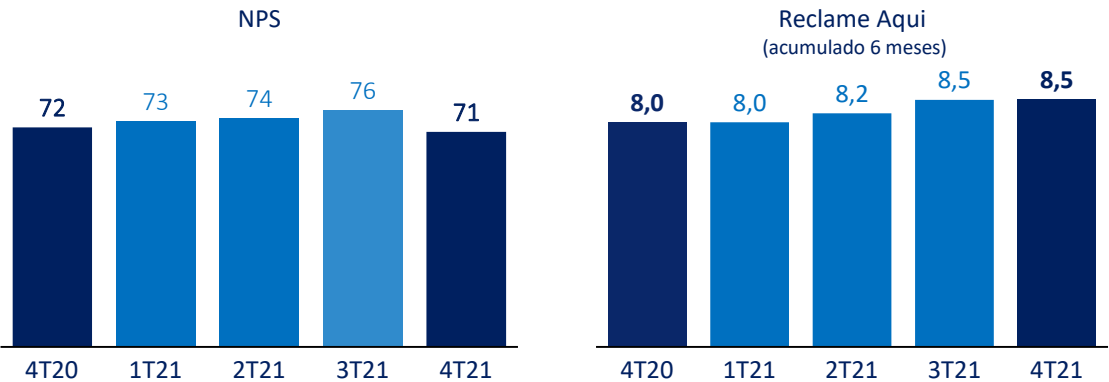
Uma das principais alavancas de incremento da venda média por loja em 2021 foi a ampliação da disponibilidade de produtos. A ativação de novos itens e redução de ruptura de estoques evoluíram muito positivamente. No 4T21 registramos índice de ruptura 37,5% menor do que no 4T20. Na comparação com o 3T21, houve leve avanço relacionado à sazonalidade do período e ao surto de Influenza, impactando negativamente o indicador.

A média de produtos ativos em loja atingiu 9,8 mil no final de 2021, crescendo 19,0% em relação ao final de 2020. A estratégia de expansão do sortimento continua se mostrando bem sucedida, com itens ativados nos últimos dois anos representando 15% das vendas no 4T21.



NÍVEL DE SERVIÇO

No 4T21, observamos um recuo no NPS, após um período de cinco trimestres consecutivos de melhoria no indicador. Acreditamos que o movimento é reflexo do aumento considerável do absenteísmo de funcionários em lojas, em função do surto de influenza e avanço da variante ômicron. Apesar disso, mantivemos o NPS acima do patamar de excelência, atingindo o score de 71. Nossa nota no Reclame Aqui encerrou o ano em 8,5 pontos, estável em relação ao trimestre imediatamente anterior, com a manutenção do selo RA1000.

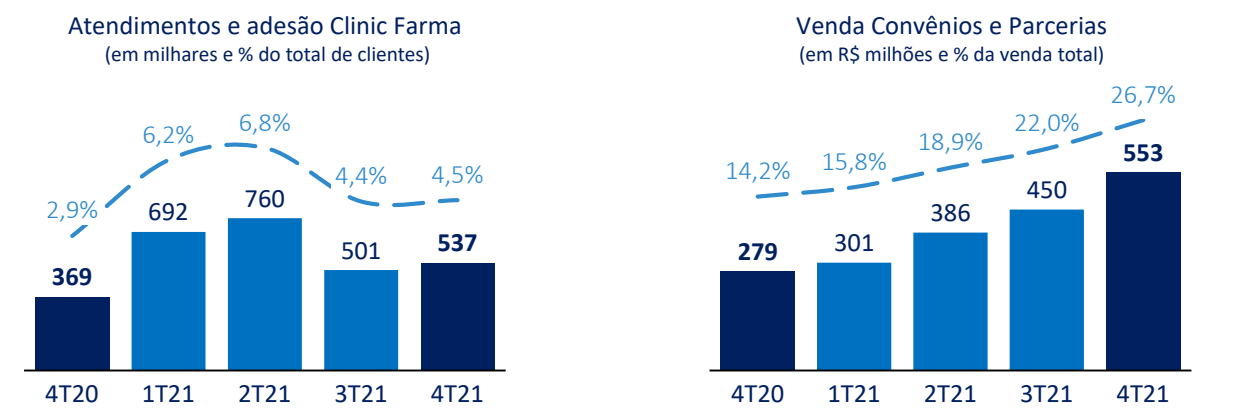


HUB DE SAÚDE

Ao longo de 2021 a nossa estratégia de construção de um Hub de Saúde abrangente foi consolidada, com resultados consistentes na evolução de usuários do Clinic Farma, expansão da rede de parcerias e avanços significativos na oferta de medicamentos especiais.

Finalizamos o ano com aproximadamente 2,5 milhões de atendimentos realizados no Clinic Farma, crescimento de 196% em relação a 2020, alavancado principalmente pela aplicação de testes de Covid-19. Expandimos ainda a quantidade de unidades com Clinic Farma de 809, em 2020, para 879 ao final de 2021 – e o portfólio de serviços de 31 para 57.

Avançamos na digitalização do nosso Hub de Saúde com o lançamento do Portal de Serviços em nosso *e-commerce*, com relevantes melhorias na jornada do cliente. O portal permite aos clientes o acompanhamento do amplo portfólio de serviços ofertados no Clinic Farma em cada região, agendamento de aplicação de vacinas, testes rápidos, serviços farmacêuticos, solicitação de orçamentos de medicamentos especiais e fórmulas manipuladas, além de *marketplace* de teleconsultas. Tudo isso cada vez mais integrado com a plataforma de conteúdo Sempre Bem, que municia os clientes com informações de saúde e bem-estar geradas por especialistas das mais diversas áreas médicas.



Em janeiro de 2022, firmamos parceria com a Dasa, uma das maiores redes de saúde integrada do país, para a oferta de vacinação, telemedicina e *check-ups* laboratoriais em nosso Clinic Farma. A parceria é mais um movimento para posicionar nossos consultórios farmacêuticos como parte da rede credenciada de importantes operadores de saúde, alavancando tráfego e gerando mais escala ao nosso negócio. Atualmente disponível em lojas nas cidades de Fortaleza, São Paulo e Recife, a parceria será em breve ampliada para outros quatro estados.

Vendas provenientes de convênios e parcerias firmadas com operadoras de saúde e empresas atingiram um novo recorde no 4T21, alcançando 26,7% das vendas totais. Apenas em 2021, mais de 200 novos contratos foram firmados, incorporando 20,5 milhões de vidas ao nosso ecossistema. Os *economics* dos clientes ativados via convênios e parcerias são encorajadores, com gasto médio e grau de fidelização acima dos clientes regulares, justificando o investimento em margem com uma estratégia promocional mais agressiva.

O AME, nosso canal de medicamentos especiais, continua se desenvolvendo em ritmo acelerado. Em 2021, esse canal apresentou crescimento de 171%, alavancado por uma estratégia de ampliação do portfólio, visitação médica e o desenvolvimento de programa de suporte ao paciente (PSP), que atualmente conta com mais de 5 mil clientes atendidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

VIVA PLENAMENTE

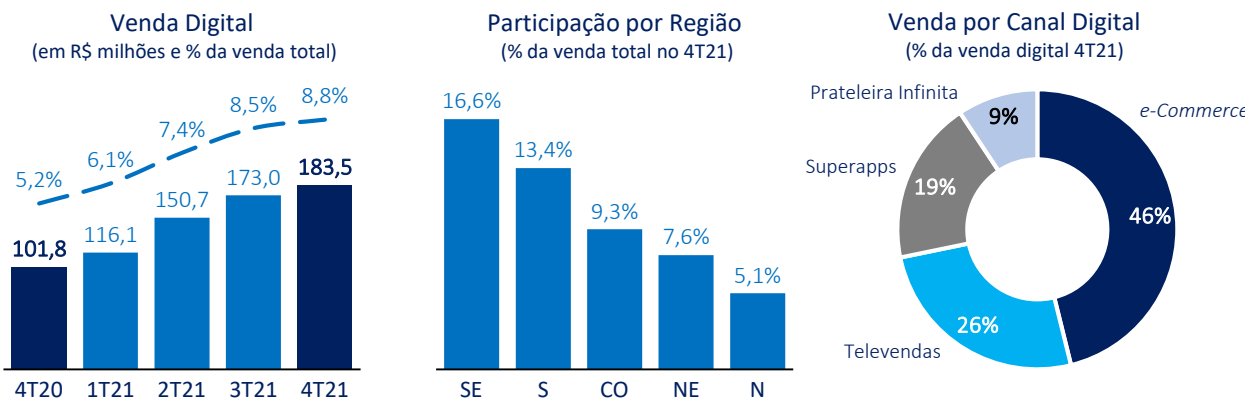
PLATAFORMA OMNICHANNEL

O ano de 2021 foi especialmente importante em nossa estratégia digital, com a evolução de nossa plataforma *omnichannel* cada vez mais centrada no cliente, permitindo uma jornada de compra mais integrada, fluida e conveniente.

As vendas originadas em nossos canais digitais totalizaram R\$ 623,4 milhões em 2021, registrando crescimento de 85,3% na comparação com o ano anterior, bem acima do crescimento do mercado digital do varejo farmacêutico, estimado em 51,3% pela medição da IQVIA. O bom desempenho em vendas foi acompanhado por melhoria em rentabilidade, qualidade (taxa de conversão e tráfego orgânico) e nível de satisfação de clientes.

No 4T21, os canais digitais atingiram 8,8% das vendas totais, 3,5p.p. acima do mesmo período do ano anterior. O grande destaque no trimestre foi a campanha de *Black Friday* promovida no *e-commerce*, com volume recorde de vendas e atração de novos clientes, alavancando a participação digital para 13,5% das vendas no principal dia do evento.

No corte regional, observamos no 4T21 crescimento na participação dos canais digitais mais acentuado no Sudeste, que atingiu 16,6%, incremento de 4,7p.p. em relação ao 4T20. No corte por canal, observamos uma divisão balanceada, com crescimento em todos os canais, com destaque para o Prateleira Infinita, mais que quadruplicando em relação ao 4T20. Vendas na modalidade Clique&Retire representaram 23% das vendas totais no trimestre.



Nosso *market share* dentro do varejo farmacêutico nos canais digitais, medido pela IQVIA, atingiu 11,9% no ano de 2021, crescendo 1,4p.p. em relação a 2020. O ritmo de crescimento acima do mercado está relacionado à nossa maior exposição a regiões em estágio menos maduro de desenvolvimento digital, casos do Nordeste e Norte, e ao lançamento de diversas novidades em nossa plataforma *omnichannel* desenvolvida ao longo dos últimos anos, que aos poucos vão ganhando tração.

O novo *app* Pague Menos, com *soft launch* no 3T21, foi disponibilizado para 100% da base de usuários ao longo do 4T21 e já tem apresentado sinais promissores em originação de tráfego, perfil de compras e avaliação de usuários. Desde o lançamento, o *app* acumula mais de 500 mil downloads, e tem atingido boa média de avaliação nas lojas de aplicativos, com 4,4 na Google Play Store e 4,0 na Apple Store. Ainda incipiente, gerando apenas 9% das vendas digitais, consideramos a maturação do novo *app* como uma importante alavanca em nossa estratégia digital para 2022, com cada vez mais recursos.

Continuamos a fortalecer nossa capacidade logística com importantes parcerias com operadores de *last mile* em todo o país. No 4T21, ampliamos a operação com *smart lockers* para mais de 150 pontos em SP e RJ, em parceria com a CliqueRetire, líder na operação desse modal de entrega no Brasil. Iniciamos ainda um piloto de entrega não poluente com veículo Tuk Tuk em uma loja em Fortaleza. No 4T21, atingimos 92% das entregas realizadas em menos de 24h.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**PagueMenos**

VIVA PLENAMENTE

TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO

Continuamos avançando também em nossa transformação digital, baseada nos pilares “Mentalidade de *Startup*”; “Tecnologia como Acelerador do Negócio”; e “Aceleração da Inovação”.

No pilar “Mentalidade de *Startup*”, lançamos o Projeto BackOffice 4.0 com foco na hiperautomação de processos corporativos (RPA/BPMS). Na jornada *data driven*, entregamos *cockpits* de gestão e *flash* de vendas com inteligência artificial para auxiliar nas decisões para o atingimento de metas de vendas. Ampliamos a jornada digital do cliente com inúmeros avanços na diferenciação por canais, como o hub de serviços digital, *marketplace*, novo app, assinatura (recorrência) e *social commerce*, que permite a criação de lojas personalizadas e o aumento do número de embaixadores de nossa marca.

Em “Tecnologia como Acelerador do Negócio”, entregamos a primeira fase de nossa Plataforma de Integração de Canais - ampliando de maneira significativa a quantidade de APIs disponíveis, que se traduz em economia de horas de desenvolvimento e melhora no *time-to-market* da entrega das soluções.

No tema de “Aceleração da Inovação”, foi iniciado o programa #GaragemDeldeias, estimulando o intraempreendedorismo, por meio da ativação da inovação pelos nossos mais de 20 mil colaboradores. Lançamos o *skill* Alexa da Pague Menos, nosso novo canal de relacionamento com o cliente, expandindo a possibilidade de agendamento de serviços em canais de voz, via assistentes digitais. No 5º *Fastdating*, nosso programa de aproximação com *startups*, todas as apresentações realizadas geraram interesse de nossas áreas de negócios, o que proporcionará mais oportunidades de parcerias em inovação, eficiência e aumento de vendas.

No 4T21, inauguramos ainda a nova sede do pmenoslab, nosso laboratório de tecnologia e inovação. Com mais de 1200 metros quadrados, o espaço comporta mais de 200 estações de trabalho, seguindo os conceitos de *coworking*, *open-space* e ambiente descontraído.

MARKETING E CRM

Em 2021, atingimos números recordes em impactos de mídia, engajamento de clientes, ativações de CRM e retenção de clientes de alto valor, evidenciando o sucesso da nossa abordagem de marketing e relacionamento cada vez mais embasada com um robusto ferramental de *data analytics*.

Finalizamos o ano com 15,1 milhões de clientes ativos, crescimento de 2,9% em relação ao final de 2020, resultado principalmente de um menor *churn*, com o volume de clientes “abandonadores” caindo 47% ao longo do ano. O índice de retenção de clientes de “alto valor”, o top decil de clientes em representatividade de vendas, aumentou 12,9% vs. 2020, com uma estratégia assertiva de engajamento via comunicações e ofertas personalizadas.

A venda incremental, gerada por campanhas de CRM e apurada com a medição de comportamento vs. grupo controle, cresceu 150% no ano, atingindo 2,8% das vendas totais de 2021. No 4T21, as vendas provenientes dessas ações chegaram a 3,5%, alavancadas principalmente pelo evento Black Friday.

Nossa plataforma de conteúdo, o *Sempre Bem*, completou em 2021 seu décimo terceiro aniversário com números superlativos e cada vez mais integrada ao nosso Hub de Saúde. A plataforma, que produz conteúdo proprietário de saúde, beleza e bem-estar, atingiu a marca de mais de mil edições de seu programa de TV, veiculadas semanalmente em rede aberta nacional desde 2008. Nosso acervo já conta com mais de 30 mil horas de conteúdo informativo das mais diversas áreas da saúde, promovendo qualidade de vida ao nosso público. Em 2021, iniciamos ainda a produção de *e-books* de orientação, ligados à saúde ou a patologias específicas, em uma estratégia que busca aumentar nossa relevância em palavras-chave no Google, alavancando nosso tráfego orgânico e melhorando a conversão em nosso e-commerce.

Em 2021, nos consolidamos ainda como a principal rede de varejo farmacêutico nas redes sociais. Atingimos, ao final do ano, mais de 500 mil seguidores no Instagram e acumulamos mais de 35 milhões de acessos em nosso canal no Youtube.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

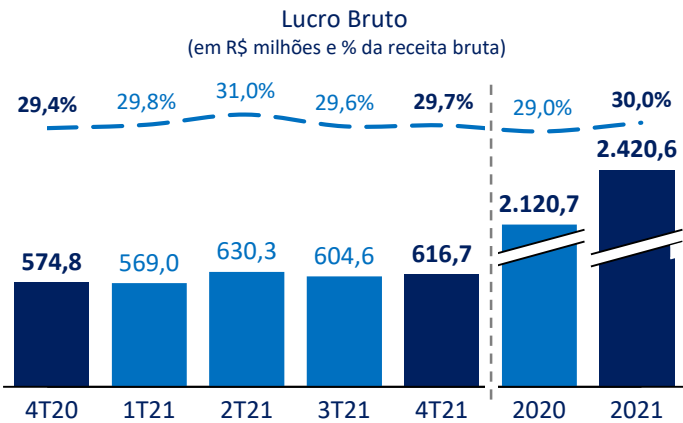
VIVA PLENAMENTE

LUCRO BRUTO

Em um ano caracterizado pela retomada da expansão orgânica e aceleração inflacionária, resultando em pressão de despesas, as alavancas de incremento de margem bruta foram as principais responsáveis pelo aumento de rentabilidade da Companhia.

O lucro bruto anual totalizou R\$ 2.420,6 milhões, crescendo 14,1% em relação a 2020. A margem bruta atingiu 30,0%, expandindo 1,0p.p. sobre o ano anterior. Os principais responsáveis pelo incremento de margem foram: i) projetos de *vendor management* e *pricing*; ii) redução no índice de perdas; iii) execução da pré-alta; e iv) otimização do mix de vendas, com destaque para genéricos, marcas próprias e serviços.

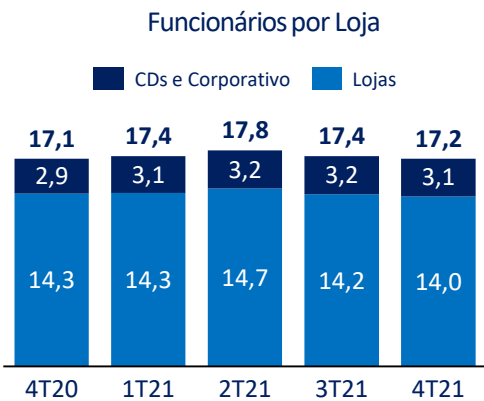
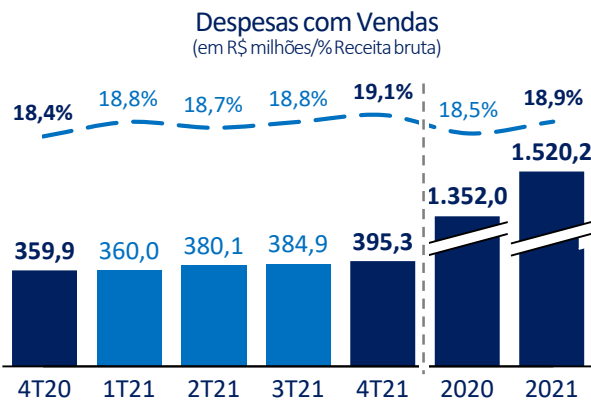
No 4T21, o lucro bruto atingiu R\$ 616,7 milhões, com margem bruta de 29,7%, 0,3p.p. acima do mesmo período do ano anterior. No trimestre, continuamos a capturar benefícios dos projetos citados acima, mais que compensando a atividade promocional mais agressiva executada com o crescimento de convênios e parcerias e aumento de participação dos canais digitais.



DESPESAS COM VENDAS

No ano de 2021, despesas com vendas totalizaram R\$ 1.520,2 milhões, crescimento de 12,4% em relação ao ano anterior. Os principais fatores do crescimento acima da variação de vendas, foram: i) aceleração no ritmo de expansão orgânica a partir do 3T21; ii) pressão inflacionária em gastos com ocupação, manutenção, e suprimentos; e iii) maiores investimentos em marketing, relacionados a campanhas promocionais e crescimento dos canais digitais.

No 4T21, despesas com vendas totalizaram R\$ 395,3 milhões, crescimento de 9,8% em relação ao 4T20. Como percentual do faturamento, cresceu 0,3p.p. em relação ao 3T21, impactado pelo volume de 48 novas lojas inauguradas no período.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

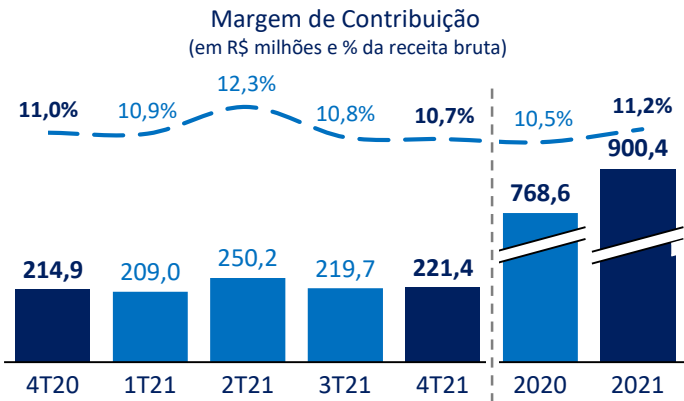
PagueMenos

VIVA PLENAMENTE

A métrica de funcionários por loja, considerando apenas o *headcount* alocado para a operação de lojas, reduziu para 14,0 no 4T21 (vs. 14,2 no 3T21 e 14,3 no 4T20). A redução está relacionada a otimizações de quadro por conta do *roll-out* do projeto de WFM (*workforce management*), implementando escalas de trabalho customizadas de acordo com a demanda da loja. Esse projeto, ainda, pode continuar a contribuir para a otimização do quadro de funcionários em 2022.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

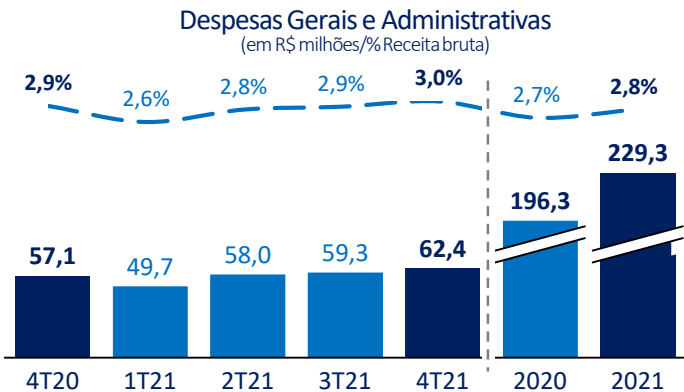
A margem de contribuição, resultado da diferença entre lucro bruto e despesas com vendas, atingiu 11,2% da receita bruta em 2021, expansão de 0,7p.p. em relação a 2020. No 4T21, essa métrica atingiu 10,7%, recuando 0,3p.p. em relação ao 4T20, em função da aceleração da expansão orgânica, com 48 novas lojas, comparado a nenhuma inauguração no 4T20. Expurgando o efeito negativo de lojas novas, que contam com despesas pré-operacionais e menores margens no estágio inicial de maturação, a margem de contribuição do 4T21 foi de 11,0%, estável em relação ao 4T20.



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2021, as despesas gerais e administrativas (G&A) totalizaram R\$ 229,3 milhões, crescimento de 16,8% sobre 2020 e representando 2,8% da receita bruta. O incremento nesse grupo de despesas reflete o investimento na sustentabilidade de longo prazo do negocio, relacionado a iniciativas estratégicas, como Call Center (vendas), a UP Farma (treinamento), o Novo PDV e Novo App (tecnologia), além do fortalecimento de áreas estratégicas como Expansão e do reconhecimento do nosso time de colaboradores, com aumento de despesas relacionadas ao plano de ações restritas, implementado no IPO.

No 4T21, as despesas G&A totalizaram R\$ 62,4 milhões, atingindo 3,0% da receita bruta, 0,1p.p. acima do 4T20.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

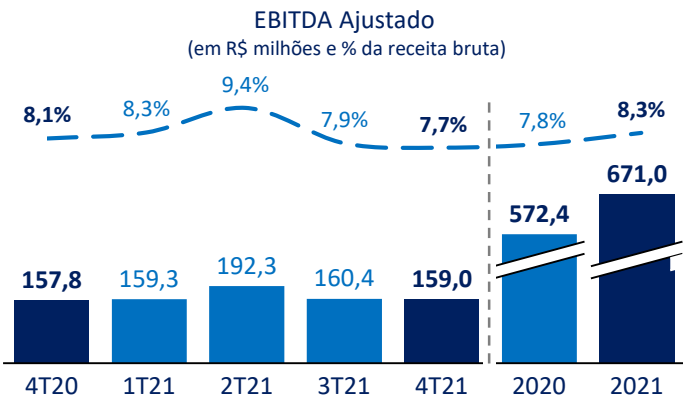
VIVA PLENAMENTE

EBITDA AJUSTADO

No ano de 2021, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 671,0 milhões, crescimento robusto de 17,2% em relação ao ano de 2020. A margem EBITDA ajustada alcançou 8,3% da receita bruta, expandindo 0,5p.p. sobre o ano anterior. A expansão de margem reflete nosso compromisso com o incremento de rentabilidade, balanceando o novo ciclo de expansão com as múltiplas alavancas de geração de valor em curso.

No 4T21 o EBITDA ajustado atingiu R\$ 159,0 milhões, com margem de 7,7% da receita bruta, redução de 0,4p.p. em relação ao 4T20. Conforme já mencionado anteriormente, a redução de margem no trimestre está relacionada principalmente a inauguração de 48 lojas no trimestre, além de pressões inflacionárias.

Para o ano de 2022, esperamos i) uma dinâmica inflacionária neutra, com o reajuste anual do preços de medicamentos repassando a pressão inflacionária observada em 2021, ii) normalização no ritmo de abertura de lojas, tornando os períodos efetivamente comparáveis e iii) gradual alavancagem operacional, especialmente em despesas gerais e administrativas, com a maturação da nova safra de lojas e incorporação do portfólio de lojas da Extrafarma (ainda dependente da aprovação do CADE).



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA E AJUSTES NÃO-RECORRENTES

Registramos no 4T21 um total de R\$ 7,5 milhões de gastos não-recorrentes referentes a despesas aquisição e planejamento da integração da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (Extrafarma).

Apresentamos a seguir o quadro de reconciliação do EBITDA e ajustes não recorrentes no resultado reportado.

Conciliação EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2020	2021
Lucro Líquido Contábil	37,5	44,2	69,4	29,9	21,1	96,0	164,5
(+) Resultado Financeiro Líquido	56,7	46,9	45,3	51,1	57,4	253,2	200,7
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	0,5	4,4	11,6	(1,4)	(5,8)	(27,4)	8,9
(+) Depreciação e Amortização	63,1	63,9	63,7	72,2	78,8	250,6	278,7
EBITDA	157,8	159,3	190,0	151,8	151,5	572,4	652,6
(+) Gastos com aquisição e planejamento da integração da Extrafarma	-	-	2,2	8,7	7,5	-	18,4
Total de ajustes	-	-	2,2	8,7	7,5	-	18,4
EBITDA Ajustado	157,8	159,3	192,3	160,4	159,0	572,4	671,0
Total de ajustes (pós-Imposto de Renda)	-	-	1,5	5,7	4,9	-	12,1
Lucro Líquido Ajustado	-	-	70,8	35,6	26,0	96,0	176,6

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

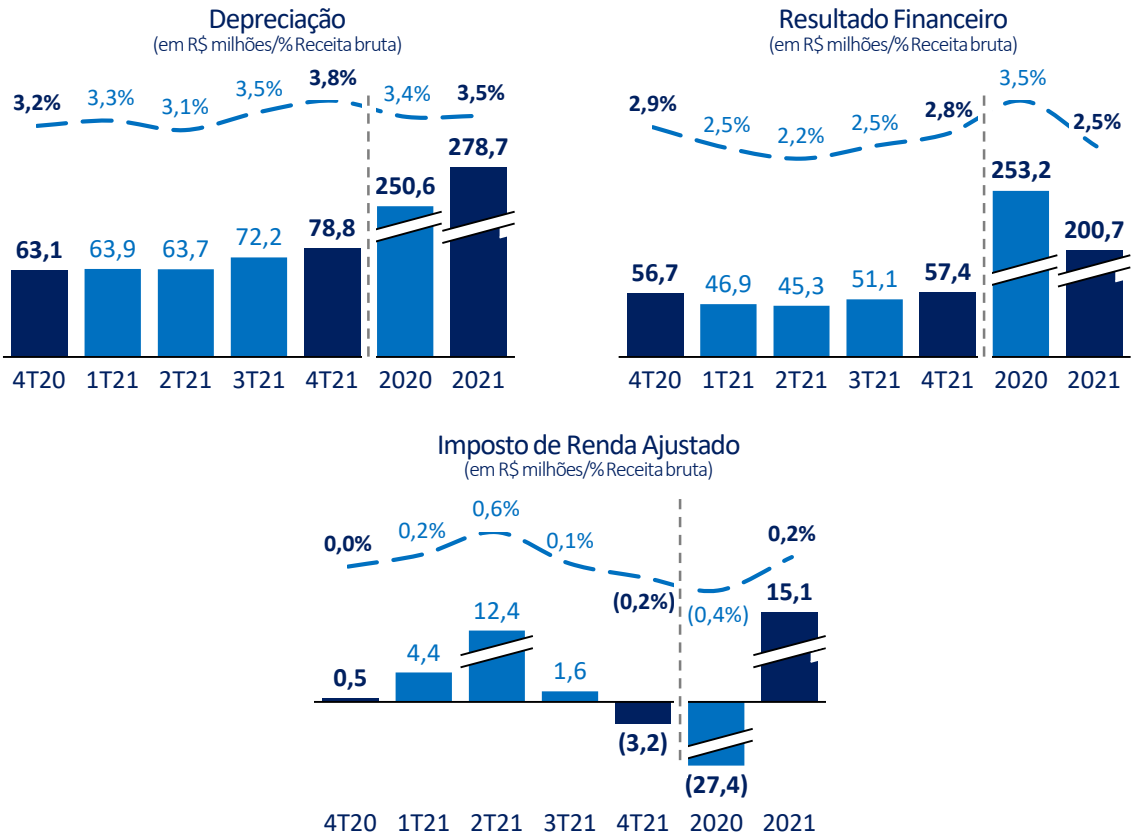
VIVA PLENAMENTE

DEPRECIAÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTO DE RENDA

A depreciação totalizou R\$ 278,7 milhões no ano de 2021, crescimento de 11,2% em relação ao ano anterior, em decorrência da expansão orgânica e atualização dos contratos de passivos de arrendamento. No 4T21, a depreciação totalizou R\$ 78,8 milhões, crescimento de 24,9% em relação ao 4T20.

O resultado financeiro registrou, em 2021, despesa líquida de R\$ 200,7 milhões, redução de 20,7% em relação ao registrado em 2020. A economia está relacionada, principalmente, à otimização da estrutura de capital da Companhia, reduzindo a alavancagem financeira bem como o custo médio do serviço da dívida. No 4T21, a despesa financeira líquida totalizou R\$ 57,4 milhões, crescimento de 1,2% vs. 4T20, já refletindo o impacto do aumento na taxa de juros, além da captação de R\$ 450 milhões em debêntures realizada em outubro/21.

O imposto de renda ajustado por efeitos não-recorrentes em 2021 totalizou R\$ 15,1 milhões, acompanhando o crescimento da base de lucro tributável no período. No 4T21, o imposto de renda diferido foi de R\$ 3,2 milhões.

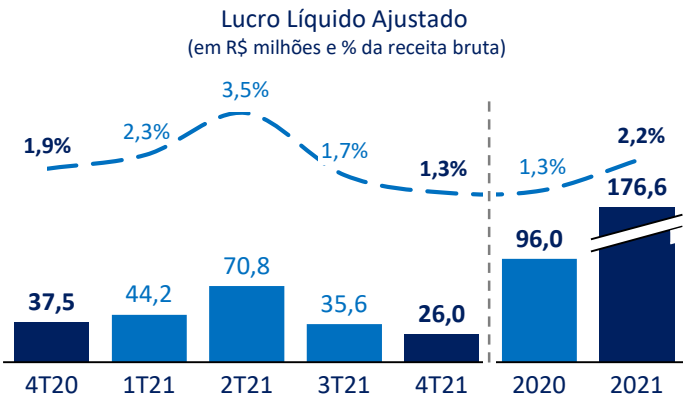


LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Encerramos o ano de 2021 com lucro líquido ajustado de R\$ 176,6 milhões, crescimento muito robusto de 83,9% em relação ao ano anterior. O crescimento de lucro anual é resultado de uma bem equilibrada equação de crescimento de vendas, novo ciclo de expansão e desalavancagem financeira.

No 4T21 o lucro líquido ajustado foi de R\$ 26,0 milhões, redução de 30,8% em relação ao 4T20, em decorrência da inauguração de 48 lojas no período, que pressionou pontualmente o SG&A no trimestre, mas que será impulsionador de margens nos próximos períodos com a maturação das lojas.

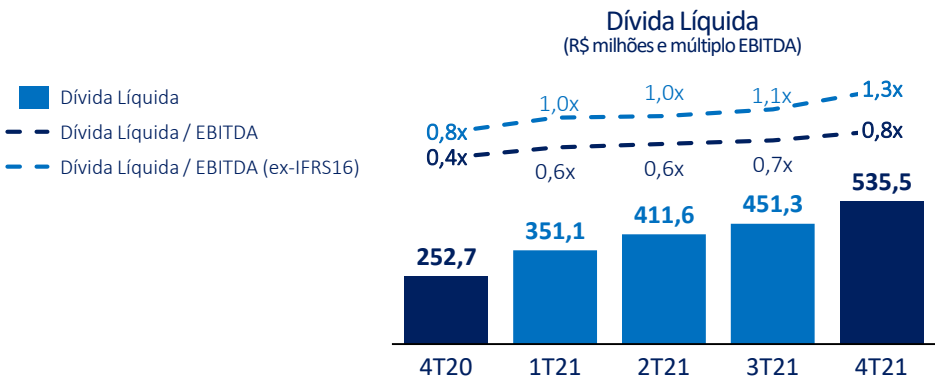
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

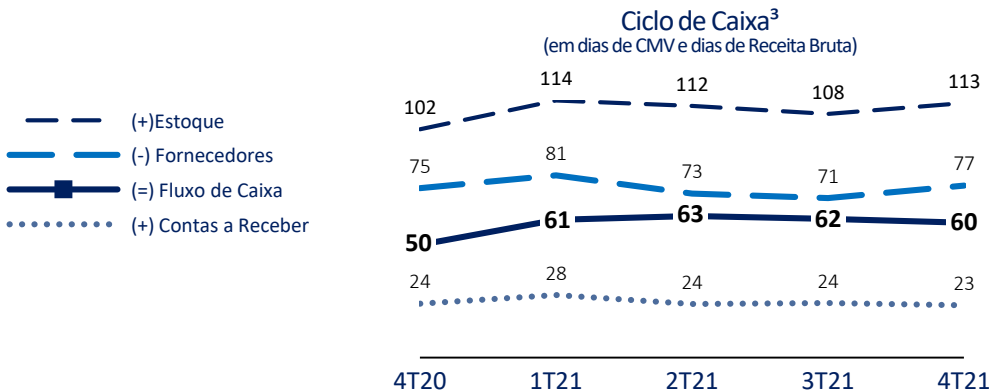
A dívida líquida ao final de 2021 totalizou R\$ 549,4 milhões, crescimento de R\$ 296,6 milhões em relação ao final de 2020. Como múltiplo do EBITDA ex-IFRS16, a dívida líquida encerrou o ano em 1,4 vezes.

O aumento no nível de endividamento observado ao longo do ano é resultado, principalmente, da retomada dos investimentos em expansão orgânica e investimentos estratégicos em estoques (sortimento e redução nos níveis de rupturas), que estão contribuindo de forma significativa com o crescimento em vendas da companhia.



CICLO DE CAIXA OPERACIONAL

No 4T21 o ciclo de caixa foi de 60 dias, crescimento de 10 dias em relação ao 4T20, causado principalmente pelo maior investimento em estoques, resultado da expansão do sortimento de produtos e reforço da cobertura para novas lojas. Na comparação com o 3T21, o ciclo de caixa reduziu em 2 dias.



³ O cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores desconsidera os efeitos do AVP, acordos comerciais e tributos a recuperar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

VIVA PLENAMENTE

FLUXO DE CAIXA

No 4T21 registramos geração operacional de caixa de R\$ 49,2 milhões, investimentos em novas lojas e outros de R\$ 100,9 milhões e fluxo de caixa livre negativo de R\$ 51,7 milhões.

No ano de 2021, a geração operacional de caixa foi de R\$ 39,9 milhões, impactado principalmente pelo investimento em estoques (acréscimo de 11 dias, equivalentes a aproximadamente R\$ 200 milhões) e o investimento em novas lojas e outros, que totalizou R\$ 241,5 milhões.

Em 2022, com a normalização dos investimentos em estoques, a perspectiva é que a geração operacional de caixa seja suficiente para suportar os investimentos em novas lojas e demais projetos.

Fluxo de Caixa Gerencial (R\$ milhões)	4T20	4T21	2020	2021
EBITDA	157,8	151,5	572,4	652,6
(-) Pagamentos de arrendamento (IFRS 16)	(60,7)	(78,9)	(245,8)	(270,4)
(Δ) Contas a receber	(44,9)	26,4	(235,7)	(7,3)
(Δ) Estoques	(118,0)	(98,6)	(237,1)	(250,8)
(Δ) Fornecedores	136,4	123,7	136,7	67,3
(Δ) Tributos a recuperar	(16,6)	(56,6)	(98,6)	(83,2)
(+/-) Variação outros ativos e passivos/Efeitos não caixa	(84,1)	(18,2)	(63,6)	(68,2)
(=) Fluxo de caixa das operações	(30,1)	49,2	(171,7)	39,9
 (-) Investimentos de capital	(27,7)	(100,9)	(45,9)	(241,5)
(=) Fluxo de caixa de investimentos	(27,7)	(100,9)	(45,9)	(241,5)
 Fluxo de caixa livre	(57,7)	(51,7)	(217,6)	(201,6)
 (+) Captação de dívida bruta	100,0	450,0	324,0	610,0
(-) Pagamento de dívida bruta	(175,6)	(39,0)	(454,4)	(300,8)
(-) Serviço da dívida	(9,6)	(15,7)	(38,0)	(50,8)
(-) Operações com derivativos	4,0	-	63,6	-
(-) Recompra de ações	-	(12,3)	-	(22,7)
(+) Recursos líquidos captados no IPO	103,1	-	817,9	-
(=) Fluxo de caixa de financiamento	21,8	383,0	713,0	235,7
 Saldo inicial de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	655,9	322,8	124,5	620,0
Saldo final de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	620,0	654,1	620,0	654,1
Variação de Caixa e Equivalentes	(35,9)	331,3	495,4	34,2

INVESTIMENTOS

Em 2021, foram investidos R\$ 241,5 milhões, direcionados principalmente para a expansão orgânica e reformas do parque de lojas. Apresentamos abaixo o detalhamento do Capex no período.

Capex (R\$ milhões)	2020	%	2021	%
Expansão	1,7	4%	116,3	48%
Reforma de lojas	19,3	42%	69,1	29%
Tecnologia	15,0	33%	25,4	11%
Infraestrutura de lojas, CDs e escritórios	10,0	22%	30,7	13%
Total	45,9	100%	241,5	100%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho **PagueMenos** VIVA PLENAMENTE

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, SOCIAL E AMBIENTAL (ESG)

Em 2021, a companhia concluiu a estruturação da agenda ESG, com compromissos de curto, médio e longo prazos, completamente integrada à nossa estratégia. Com 32 objetivos até 2030, ancorados em três pilares: Saúde para as pessoas; Saúde para o meio ambiente; e Saúde para os negócios; a agenda é tema prioritário no Conselho de Administração, atrela o bônus dos executivos ao atingimento dos objetivos e traz desafios para a companhia gerar valor adicional aos *stakeholders*.

No 4T21, seguimos avançando em importantes indicadores em nossa jornada ESG. Ingressamos na carteira IGPTW, como a única rede do varejo farmacêutico no índice criado pela B3 em parceria com a consultoria global *Great Place to Work* (GPTW), com foco nas empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho.

Nos empenhamos na valorização da diversidade e na promoção da inclusão nas frentes de equidade racial, equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e integração de diferentes gerações. Alinhado à nossa agenda estratégica, iniciamos um ciclo de trabalho com a sensibilização de nossos colaboradores quanto aos temas de diversidade e inclusão dentro da Companhia por meio do lançamento de manifestos, cartilhas, treinamentos específicos sobre comunicação inclusiva e não violenta, campanhas de conscientização, estruturação de um processo seletivo inclusivo, além de termos firmado compromissos com a sociedade assinando com alguns selos, movimentos e redes, como ONU Mulheres e Engaja Sênior. Além disso, estruturamos 5 Programas de Inclusão da Pague Menos para 2022. Dentre eles, destacamos o nosso Programa de Representatividade que conta com uma Comissão de Diversidade e Inclusão e nossos primeiros Grupos de Afinidade.

Encerramos o ano com 19.988 colaboradores no nosso quadro, com 59% de representação feminina, alcançando 36% dos cargos de alta gestão. 23,4% do quadro representam as outras três frentes de diversidade: pretos, deficientes e pessoas com 50 anos ou mais. Atualmente, 7,5% dos cargos de liderança são ocupados por pretos.

Seguimos avançando também no uso de energia limpa. No 4T21 ampliamos o abastecimento, por energia solar, para as lojas dos estados da Bahia e Amazonas. Ao fim do 4T21, lojas de 18 diferentes estados, representando mais de 75% do total da rede de lojas, já são abastecidas por energia renovável gerada a partir de parques solares. Estão contratados e em construção outros 20 parques com capacidade para ampliar a geração de energia para 100% do parque de lojas ao longo de 2022, já contemplando novas lojas.

PESSOAS, PRODUTIVIDADE E CULTURA

Finalizamos no 4T21 o diagnóstico da cultura organizacional Pague Menos, com o objetivo nos preparar para os desafios de crescimento orgânico e inorgânico. Assim, estruturamos nossas frentes de trabalho de gestão de pessoas para o ano de 2022, com prioridades voltadas para i) modelagem cultural; ii) desenvolvimento da liderança; iii) geração de oportunidades de carreira; iv) atração de pessoas; v) comunicação interna; e vi) reconhecimento e valorização.

Também encerramos 2021 com um plano robusto de desempenho, carreira e sucessão para nossas lideranças. 100% de nossos líderes foram avaliados em comitê, contando com PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), onde também temos mapeados nossas posições-chaves e perfis evolutivos. Implementamos ainda o programa de embaixadores Pague Menos, focando facilitar o processo de treinamento, integração, disseminação de cultura e melhorias de clima organizacional, em uma iniciativa que mapeou mais de mil colaboradores na estrutura de operações, que atuarão como agentes do programa.

No pilar desenvolvimento, celebramos o primeiro ano da nossa Universidade Corporativa, a UP Farma, com expressivos resultados, dentre eles: 301 mil horas de formação da nossa equipe de vendas e mais de 100 mil certificados emitidos; conclusão da implantação das nossas 67 Lojas Escolas; formação de jovens em situação de vulnerabilidade para atuarem na área de tecnologia dentro da Pague Menos por meio do nosso Programa de Formação de DEVs; parcerias importantes com renomadas instituições de ensino para oferecer mais oportunidade de acesso a cursos de graduação e pós-graduação; e, por fim, a estruturação do Curso de Formação Continuada em Operador do Varejo que terá início em 2022, com potencial para impacto positivo na sociedade como um todo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho **PagueMenos**
VIVA PLENAMENTE

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias da Pague Menos (PGMN3) registraram valorização de 3,7% em 2021, 15,6p.p. acima do Ibovespa, que recuou 11,9% no período. Dentre os *peers* dos setores de Saúde e Varejo, a PGMN3 se destacou em ano especialmente desafiador, figurando no decil superior em um grupo de mais de 60 empresas⁴ listadas na B3.

Ao longo do ano de 2021, observamos aumento de investidores institucionais na base de acionistas, saindo de 81,0% do *free-float*⁵ ao final de 2020 para 88,4% ao final de 2021. Além disso, observamos maior diversificação da base acionária, com os 10 maiores investidores institucionais concentrando 82% do *free float* ao final de 2021, frente a 90% ao final de 2020.



⁴ Considera empresas, segundo a classificação de setorial da B3, do setor de saúde e subsectores de consumo cíclico e não cíclico representando o varejo farmacêutico, alimentar, vestuário, acessórios, calçados, eletrodomésticos, produtos de uso pessoal, computadores e equipamentos, e-commerce e produtos diversos.

⁵ Desconsidera posições do Controlador, General Atlantic e ações em tesouraria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos

VIVA PLENAMENTE

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 6-R2 (IFRS 16), que alterou o modelo de reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Para preservar a comparabilidade histórica apresentamos abaixo a conciliação com a norma anterior (IAS 17/CPC 06).

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	4T20	4T21	Δ	4T20	4T21	Δ
Receita Bruta	1.955,3	2.074,8	6,1%	1.955,3	2.074,8	6,1%
Deduções	(125,9)	(131,1)	4,2%	(125,9)	(131,1)	4,2%
Receita Líquida	1.829,4	1.943,6	6,2%	1.829,4	1.943,6	6,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.254,5)	(1.327,0)	5,8%	(1.254,5)	(1.327,0)	5,8%
Lucro Bruto	574,8	616,7	7,3%	574,8	616,7	7,3%
Margem Bruta	29,4%	29,7%	0,3p.p.	29,4%	29,7%	0,3p.p.
Despesas com Vendas	(420,6)	(474,2)	12,8%	(359,9)	(395,3)	9,8%
Margem de Contribuição	154,2	142,4	(7,7%)	214,9	221,4	3,0%
Margem de Contribuição (%)	7,9%	6,9%	(1,0p.p.)	11,0%	10,7%	(0,3p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(57,1)	(62,4)	9,4%	(57,1)	(62,4)	9,4%
EBITDA Ajustado	97,2	80,0	(17,6%)	157,8	159,0	0,7%
Margem EBITDA Ajustada	5,0%	3,9%	(1,1p.p.)	8,1%	7,7%	(0,4p.p.)
Depreciação e Amortização	(21,8)	(24,9)	13,9%	(63,1)	(78,8)	24,9%
Resultado Financeiro	(28,7)	(22,4)	(21,9%)	(56,7)	(57,4)	1,2%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46,6	32,8	(29,8%)	38,1	22,8	(40,2%)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3,5)	(0,2)	(95,2%)	(0,5)	3,2	-
Lucro Líquido Ajustado	43,2	32,6	(24,6%)	37,5	26,0	(30,8%)
Margem Líquida Ajustada	2,2%	1,6%	(0,6p.p.)	1,9%	1,3%	(0,6p.p.)

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	2020	2021	Δ	2020	2021	Δ
Receita Bruta	7.308,4	8.062,9	10,3%	7.308,4	8.062,9	10,3%
Deduções	(450,0)	(534,2)	18,7%	(450,0)	(534,2)	18,7%
Receita Líquida	6.858,5	7.528,7	9,8%	6.858,5	7.528,7	9,8%
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.737,8)	(5.108,1)	7,8%	(4.737,8)	(5.108,1)	7,8%
Lucro Bruto	2.120,7	2.420,6	14,1%	2.120,7	2.420,6	14,1%
Margem Bruta	29,0%	30,0%	1,0p.p.	29,0%	30,0%	1,0p.p.
Despesas com Vendas	(1.597,8)	(1.790,6)	12,1%	(1.352,0)	(1.520,2)	12,4%
Margem de Contribuição	522,8	629,9	20,5%	768,6	900,4	17,1%
Margem de Contribuição (%)	7,2%	7,8%	0,6p.p.	10,5%	11,2%	0,7p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(196,3)	(229,3)	16,8%	(196,3)	(229,3)	16,8%
EBITDA Ajustado	326,5	400,6	22,7%	572,4	671,0	17,2%
Margem EBITDA Ajustada	4,5%	5,0%	0,5p.p.	7,8%	8,3%	0,5p.p.
Depreciação e Amortização	(87,5)	(92,8)	6,1%	(250,6)	(278,7)	11,2%
Resultado Financeiro	(138,0)	(80,4)	(41,7%)	(253,2)	(200,7)	(20,7%)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101,0	227,4	125,0%	68,6	191,7	179,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	16,4	(27,2)	-	27,4	(15,1)	-
Lucro Líquido Ajustado	117,4	200,1	70,4%	96,0	176,6	83,9%
Margem Líquida Ajustada	1,6%	2,5%	0,9p.p.	1,3%	2,2%	0,9p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


PagueMenos

VIVA PLENAMENTE

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	IFRS16		
	31/12/20	31/12/21	Δ
Ativo Total	5.753,8	6.573,3	14,2%
Ativo Circulante	3.147,4	3.512,5	11,6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	589,1	654,1	11,0%
Aplicações Financeiras	30,9	-	-
Contas a Receber de Clientes	522,9	530,3	1,4%
Estoques	1.702,1	1.957,0	15,0%
Tributos a Recuperar	198,3	232,4	17,2%
Outros Ativos Circulantes	104,1	138,7	33,3%
Ativo Não Circulante	2.606,4	3.060,8	17,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	611,5	648,7	6,1%
Investimentos	70,8	72,6	2,5%
Imobilizado	541,3	665,6	23,0%
Direito de uso em arrendamento	1.344,9	1.615,6	20,1%
Intangível	37,9	58,2	53,7%
Passivo Total	5.753,8	6.573,3	14,2%
Passivo Circulante	1.889,1	2.191,4	16,0%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	89,2	103,4	15,9%
Fornecedores	1.244,5	1.306,5	5,0%
Obrigações Fiscais	106,4	94,1	(11,6%)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	241,6	435,7	80,3%
Outras Obrigações	35,1	29,6	(15,7%)
Arrendamento mercantil	172,3	222,1	28,9%
Passivo Não Circulante	1.923,8	2.291,6	19,1%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	636,8	753,9	18,4%
Outras Obrigações	8,2	7,2	(12,6%)
Arrendamento Mercantil	1.251,5	1.508,0	20,5%
Provisões	27,2	22,6	(17,2%)
Patrimônio Líquido	1.940,9	2.090,2	7,7%
Capital Social Realizado	1.200,7	1.199,2	(0,1%)
Reservas de Capital	383,4	369,7	(3,6%)
Reservas de Lucros	356,8	521,3	46,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

ANEXO: DISTRIBUIÇÃO DE LOJAS POR UF

UF / Região (# lojas)	4T20	Aberturas	Fechamentos	4T21
Total	1.105	80	20	1.165
Nordeste	664	57	1	720
Alagoas	30	1	-	31
Bahia	113	18	1	130
Ceará	180	4	-	184
Maranhão	60	9	-	69
Paraíba	51	4	-	55
Pernambuco	117	9	-	126
Piauí	35	3	-	38
Rio Grande Do Norte	43	7	-	50
Sergipe	35	2	-	37
Norte	111	6	2	115
Acre	12	1	-	13
Amapá	6	1	-	7
Amazonas	22	-	-	22
Pará	35	2	2	35
Rondônia	13	-	-	13
Roraima	9	2	-	11
Tocantins	14	-	-	14
Sudeste	194	10	11	193
Espírito Santo	26	-	1	25
Minas Gerais	64	1	6	59
Rio De Janeiro	19	2	1	20
São Paulo	85	7	3	89
Centro-Oeste	94	7	5	96
Distrito Federal	18	-	2	16
Goiás	30	1	3	28
Mato Grosso	23	5	-	28
Mato Grosso Do Sul	23	1	-	24
Sul	42	-	1	41
Paraná	15	-	-	15
Rio Grande Do Sul	7	-	-	7
Santa Catarina	20	-	1	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

GLOSSÁRIO

- **Abrafarma:** associação das 26 maiores redes de farmácias do país.
- **AME (Atendimento de Medicamentos Especiais):** linha de medicamentos especiais comercializados pela Pague Menos. São produzidos com alta tecnologia e utilizados em tratamentos complexos e de alto custo, geralmente nas verticais de fertilidade, oncologia e hormônios.
- **B2B2C :** Modelo de negócios onde um serviço ou produto é ofertado para outra Companhia, e posteriormente para um cliente final.
- **Classe Média Expandida:** público das classes sociais B2/C/D, com renda média familiar mensal inferior a R\$ 5,7 mil.
- **EBITDA:** lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
- **HNB (Higiene, Nutrição e Beleza):** classificação de produtos não-medicamentos pertencentes às categorias de higiene pessoal, nutrição e beleza.
- **Lojas Maduras:** lojas abertas há mais de três anos. São lojas que já passaram pelo período de maturação e portanto tendem a ter uma curva de crescimento de vendas menos inclinada do que aquelas em maturação.
- **Market Share:** participação no mercado de varejo farmacêutico brasileiro estimada, com base em dados da IQVIA, empresa global de inteligência de dados aplicados à indústria da saúde.
- **NPS (Net Promoter Score):** métrica de satisfação e lealdade dos clientes com a Companhia.
- **Omnichannel:** o conceito ilustra a abordagem de integração de diferentes canais no varejo, como lojas físicas, e-commerce, televendas e mídias sociais, permitindo ao cliente múltiplas jornadas de compra.
- **OTC (Over-The-Counter):** classificação de produtos vendidos via autosserviço, que inclui medicamentos isentos de prescrição e itens de conveniência, saúde e bem-estar.
- **PBM:** programa de benefício em medicamentos. São programas de descontos criados e administrados pelas indústrias farmacêuticas (laboratórios) com o intuito de facilitar, estimular e promover a adesão à tratamentos para pacientes e médicos.
- **PME:** Prazo médio de estocagem. Refere-se ao prazo médio que uma mercadoria permanece em estoque antes de ser vendida, sendo calculado pelo quociente entre saldo de estoques e CMV do trimestre, multiplicado por 90 dias.
- **PMP:** Prazo médio de pagamento. Refere-se ao prazo médio de pagamento de fornecedores, sendo calculado pelo quociente entre saldo de fornecedores e CMV do trimestre, multiplicado por 90 dias.
- **PMR:** Prazo médio de recebíveis. Refere-se ao prazo médio de pagamento de clientes, sendo calculado pelo quociente entre saldo de contas a receber e receita bruta do trimestre, multiplicado por 90 dias.
- **Pré-alta:** período anterior ao reajuste anual de medicamentos, que ocorre no mês de Abril conforme legislação vigente.
- **Ruptura de estoque:** métrica utilizada para mensurar a falta de produtos em loja.
- **SKU:** sigla para *Stock Keeping Unit* (Unidade de Manutenção de Estoque), que refere-se ao código identificador atribuído aos itens em estoque.
- **SSS (Same Store Sales):** crescimento de vendas no conceito “mesmas lojas”. Refere-se a relação de vendas de mercadorias e serviços realizadas por lojas abertas há mais de doze meses do período atual comparado com as vendas das mesmas lojas no mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**PagueMenos**

VIVA PLENAMENTE

AVISO LEGAL

Este documento pode conter certas declarações futuras e informações relacionadas à Companhia que refletem as visões atuais e/ou expectativas da Companhia e de sua administração com respeito a sua performance, seus negócios e eventos futuros. Declarações prospectivas incluem, sem limitação, qualquer declaração que possua previsão, indicação ou estimativas e projeções sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como palavras como "acreditamos", "antecipamos", "esperamos", "estimamos", "projetamos" entre outras palavras com significado semelhante. Embora a Companhia e sua administração acreditem que tais estimativas e declarações prospectivas são baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros e são emitidas à luz de informações que estão atualmente disponíveis. As eventuais declarações prospectivas se referem apenas à data em que foram emitidas, e a Companhia não se responsabiliza por atualizá-las ou revisá-las publicamente após a distribuição deste documento em virtude de novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Os investidores devem estar cientes que diversos fatores importantes fazem com que os resultados efetivos diferenciem-se de modo relevante de tais planos, objetivos, expectativas, projeções e intenções expressadas neste documento.

Em vista dos riscos e incertezas supramencionados, as circunstâncias e eventos prospectivos discutidos neste documento podem não ocorrer, e os resultados futuros da Companhia podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos nessas declarações prospectivas. Declarações prospectivas envolvem riscos e incertezas e não são garantias de eventos futuros. Portanto, os investidores não devem tomar nenhuma decisão de investimento com base nas declarações prospectivas eventualmente aqui contidas.

O mercado e as informações de posição competitiva, incluindo eventuais projeções de mercado citadas ao longo deste documento, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações de domínio público e publicações empresariais. Apesar de não termos razão para acreditar que qualquer destas informações ou relatórios sejam imprecisos em qualquer aspecto relevante, não verificamos independentemente da posição competitiva, posição de mercado, taxa de crescimento ou qualquer outro dado fornecido por terceiros ou outras publicações da indústria. A Companhia não se responsabiliza pela veracidade de tais informações.

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. As escalas dos gráficos dos resultados podem figurar em proporções diferentes, para otimizar a demonstração. Dessa forma, os números e os gráficos apresentados podem não representar a soma aritmética e a escala adequada dos números que os precedem, e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e foram revisadas pelos auditores independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa que seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços não relacionados à auditoria no período findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Videoconferência em Português

10 de março de 2022
15:00 (BRT) | 01:00 pm (US ET)



Acesse em português



Número de conexão:
+55 (11) 3181-8565
+55 (11) 4090-1621
Código: Pague Menos

Videoconferência em Inglês (tradução simultânea)

10 de março de 2022
15:00 (BRT) | 01:00pm (US ET)



Acesse em inglês



Número de conexão:
+1 844 204-8942
+1 412 717-9627
Código: Pague Menos

 **PagueMenos** 40 anos



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.165 lojas (1.105 em 31 de dezembro de 2020), distribuídas em todos os Estados da Federação, conforme abaixo. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

Transação com a Extrafarma

Em 18 de maio de 2021, através de Fato Relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de até 100% do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., detentora das operações da “Extrafarma”. Esta operação ainda aguarda a autorização do CADE, além de outras condições precedentes para ser concluída. Dessa forma, não há nenhum impacto contábil a ser considerado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos técnicos Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC’s do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas de créditos esperadas, perdas esperadas nos estoques, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos ativos, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, determinação da taxa incremental dos arrendamentos, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados no decorrer da Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de março de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Durante a elaboração das demonstrações contábeis foram considerados os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19, conforme descrito abaixo:

Análise dos efeitos da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o “novo corona vírus” (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações contábeis e informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram de forma sistemática as seguintes situações:

- i) Interrupção na cadeia de suprimentos, exceto pela falta de produtos cujo a demanda nesse momento é superior a capacidade de produção dos fornecedores;
- ii) Redução significativa de receita, devido à queda na demanda de clientes no mercado interno;
- iii) Inadimplência financeira por parte da Companhia ou seus devedores;
- iv) Rebaixamentos de crédito, que poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acessar financiamento adequado.

A seguir estão detalhadas as avaliações e conclusões sobre os impactos da pandemia no que tange as principais transações da Companhia.

Recuperabilidade de ativos financeiros

Conforme divulgado na Nota 25 – Instrumentos financeiros, a Companhia está sujeita ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos ativos, no montante de R\$ 662.760 em 31 de dezembro de 2021. Tais ativos são mantidos em instituições financeiras sólidas nas quais, embora no atual cenário haja possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia.

Contas a receber de clientes (perdas de créditos esperadas)

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é mitigado pelo fato de que 32% das vendas da Companhia são realizadas em dinheiro a vista e 68% por meio de cartões de crédito e débito. As operações são extremamente pulverizadas. As operações estão concentradas em grandes operadoras de cartão de crédito, normalmente vinculadas à sólidas instituições financeiras. Do total a receber das administradoras de cartão de crédito, 94% do saldo corresponde as operadoras Getnet, cujo acionista é o Banco Santander e Cielo (cujos acionistas são Banco do Brasil e Banco Bradesco), dessa forma, a Companhia considera o risco de inadimplência das administradoras de cartões de crédito extremamente baixo e que os efeitos da pandemia sobre tais contrapartes não são significativos, dessa forma

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



nenhuma perda adicional é esperada.

Recuperabilidade de ativos não financeiros

Estoques

Considerando que a Companhia possui como atividade principal a venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, entre outros produtos de saúde, as operações da Companhia foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo autorizado a abertura e funcionamento normal das suas lojas.

No decorrer do exercício de 2021, 26 lojas localizadas em centros comerciais e Shopping Centers sofreram restrição e foram fechadas temporariamente, representando apenas 2,2% do total, entretanto a Companhia não possui lojas paralisadas atualmente.

Assim como as lojas, os centros de distribuição e transportadores foram autorizados a funcionar normalmente, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação do vírus. Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Após o surgimento dos primeiros casos e confirmação dos primeiros óbitos por COVID-19, a demanda por produtos relacionados a saúde, bem como higiene pessoal, apresentou crescimento significativo, inclusive em valores relativos superiores aos observados antes da pandemia. Dessa forma, a Companhia verificou que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e não se espera perdas adicionais em função da pandemia.

Imobilizado e intangível

Conforme informado anteriormente, as operações da Companhia não sofreram interrupção generalizada, de forma que, hoje, todas as lojas estão operando normalmente. A Companhia monitora individualmente a capacidade de geração futura de fluxos de caixa de cada loja, de forma a identificar tempestivamente casos em que os fluxos de caixa descontados a valor presente sejam inferiores ao investimento realizado. A Administração revisou as principais estimativas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos ativos (inflação, taxa de crescimento, capex, taxa de desconto, entre outras), porém não foi identificada a necessidade de constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Tributos diferidos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou as principais estimativas utilizadas nas projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos sobre o lucro, considerando os eventuais impactos da COVID-19 nos negócios, e não foi identificada a necessidade de redução dos saldos já reconhecidos nestas demonstrações contábeis.

Mensuração de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

Conforme já comentado, não houve fechamento generalizado de lojas e, em 31 de dezembro de 2021, não há lojas fechadas em função das restrições causadas pela pandemia da Covid-19. Considerando o número reduzido de contratos em negociação e baixa possibilidade de rescisão de tais contratos, não foram observados efeitos significativos sobre os passivos de arrendamento em função da pandemia do COVID-19.

Mensuração do valor justo

A Companhia mantém contratos derivativos de swap para a proteção contra a exposição cambial de dívidas denominadas em moeda estrangeira. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado. Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições, consideramos que a COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de nossas operações.

Provisões e passivos contingentes

A Companhia avaliou a natureza das provisões e passivos contingentes e constatou que a COVID-19 não produziu impactos sobre a mensuração contábil de tais transações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Reconhecimento de receita

A Administração avaliou os critérios de reconhecimento de receitas da Companhia, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outras obrigações de desempenho assumidas com os clientes e constatou que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento das receitas da Companhia.

Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros

A Companhia continua atendendo a todos os indicadores financeiros e não financeiros, definidos em seus contratos de empréstimos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. Em 05 de novembro de 2021, o rating da dívida da Companhia foi reavaliado pela Fitch Ratings e a nota foi elevada para 'A+(bra)', com perspectiva Positiva. A Companhia está comprometida com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional. Não foram realizados desligamentos de funcionários fora do curso normal das operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (instrumentos de dívida) é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e as aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, passivos de arrendamento, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado, além de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* para registrar e mensurar seus instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira foram designados ao valor justo para eliminar o descasamento contábil entre as mensurações dos passivos sujeitos a variação nas taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos de proteção (swaps).

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores (incluindo as operações de risco sacado), passivos de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado.

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Provisão para perdas de estoques

A Companhia reconhece uma provisão para perdas dos estoques sempre o valor realizável líquido for inferior ao valor contábil. Essa avaliação leva em consideração produtos com baixo giro, avariados e vencidos.

Adicionalmente, uma provisão para perdas com ajustes de inventário é reconhecida em função da programação de inventários em cada loja ou centro de distribuição. Essa estimativa é calculada com base no percentual histórico de diferenças identificadas nos inventários físicos anteriores.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



e) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais em que determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

- i. descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios: Trata-se de benefícios concedidos pelos fornecedores da Companhia ao consumidor final que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor da Companhia, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente da Companhia, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido. Para transações dessa natureza, a Companhia reconhece o desconto como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.
- ii. verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – Trata-se de programas de venda da Companhia planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda da Companhia. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento à Companhia a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras da Companhia em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização da mercadoria associada à promoção), a Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

Nos casos acima, trata-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

f) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

g) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na Nota 15.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3(j).

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

A Companhia não atua em contratos de arrendamento na condição de arrendadora.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Programa de participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

Acordos de pagamento baseado em ações (Restricted Share Units)

Parte dos benefícios voltados aos executivos da Companhia, incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio, uma vez que o programa foi desenhado e prevê os pagamentos em ações restritas da Companhia.

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

k) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

I) Reconhecimento de receita

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas da Companhia advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc.) para o consumidor final. Tratando-se de uma rede varejista de medicamentos em que o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários da Companhia ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais nos quais determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

Assim como nas operações de varejo físico, as operações realizadas via comércio eletrônico só são reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas (transferência de controle). Como atuamos no modelo *ship from store*, em nosso comércio eletrônico, o tempo de entrega nos pedidos é bastante reduzido.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Componente significativo de financiamento

De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

m) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



n) Custo de transação na emissão de títulos

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

p) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

r) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Deliberação CVM nº 854/2020

A deliberação nº CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia avaliou a referida Deliberação e não identificou impactos sobre estas demonstrações contábeis.

Deliberação CVM nº 859/2020

Em 7 de julho de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (correlato a NBC TG 06 (R3)). O presente documento autoriza a adoção do expediente prático que consiste em o arrendatário optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento, sendo qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento, contabilizada como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Esta opção aplica-se apenas aos benefícios concedidos em contrato de arrendamentos que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- a. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e
- c. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A Companhia adotou o expediente prático acima descrito por atender a todas as condições requeridas pelo pronunciamento e os efeitos relacionados ao assunto não foram significativos nestas demonstrações contábeis.

Alterações na NBC TG 15 (R4): Definição de negócios

As alterações da NBC TG 15 (R4) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações na NBC TG 26 (R5) e NBC TG 23 (R2): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Revisão na NBC TG: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

t) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Emenda ao IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual

Esta emenda do IFRS 3 - Combinação de Negócios entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo como objetivo esclarecer algumas alterações referentes a estrutura conceitual, sem significativas mudanças. A Administração está avaliando possíveis impactos à Companhia.

IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato à NBC TG 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata à NBC TG 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Emenda ao IAS 16 – Imobilizado: Recursos antes do uso pretendido

Esta emenda ao IFRS 16 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e proíbe a dedução do custo de um item do Imobilizado de qualquer receita da venda de itens produzidos ao colocar o ativo no local e em condições necessárias para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, a Companhia deve reconhecer o produto da venda de tais itens e o custo de produção desses itens no resultado do exercício quando

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



incorridos. A Administração entende que não há impactos à Companhia.

Emenda ao IAS 37/ NBC TG 25 – Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato

Esta emenda do IAS 37 / NBC TG 25 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais alterações visam especificar que o ‘custo de cumprimento’ de um contrato compreende os ‘custos que se relacionam diretamente com o contrato’. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Administração já avalia periodicamente seus contratos e já reconhece possíveis provisões quando identificadas.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e bancos	54.436	48.674
Aplicações financeiras de curto prazo	599.685	540.412
Operações compromissadas	70.514	45.670
Certificados de depósitos bancários – CDB	487.488	377.348
Letras financeiras – LF	30.798	108.707
Aplicações automáticas	10.885	8.687
Total	654.121	589.086

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 104,6% (106,2% em 31/12/2020), Operações Compromissadas, com rentabilidade média 97,2% (90,5% em 31/12/2020), Letras Financeiras, com rentabilidade média 114,0% (110,5% em 31/12/2020). Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos da NBC TG 03 (R3), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Administradoras de cartões de débito e crédito	508.492	511.516
Convênios e parcerias (a)	26.476	9.732
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	-	6.249
Comissões a receber	86	220

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



	2021	2020
Subtotal	535.054	527.717
(-) Ajuste a valor presente	(4.022)	(3.783)
(-) Perdas de créditos esperadas	(764)	(994)
Total	530.268	522.940

- a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediante desconto em folha de pagamento.
- b) O Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM registra o saldo a receber pelas vendas de medicamentos vinculados a programas de benefícios, cujos descontos são subsidiados pelos respectivos laboratórios. A partir de 2021 os saldos a receber do Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM estão registrados no grupo de Acordos Comerciais.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 45 e 58 dias (2020: 33 e 40 dias) e descontados por uma taxa média de custo de capital.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas de créditos esperadas e do ajuste a valor presente:

	2021	2020
A vencer entre 1 a 30 dias	273.115	275.103
A vencer entre 31 a 60 dias	121.388	138.184
A vencer entre 61 a 90 dias	76.693	63.959
A vencer acima de 90 dias	63.033	48.543
	534.229	525.789
Vencidos entre 1 a 30 dias	628	369
Vencidos entre 31 a 90 dias	53	176
Vencidos acima de 90 dias	144	1.383
	825	1.928
Total	535.054	527.717

a) *Movimentação das perdas de crédito esperadas:*

	2021	2020
Saldo inicial	(994)	(5.604)
Adições	(1.064)	(425)
Reversões	1.294	5.035
Saldo final	(764)	(994)

6. ESTOQUES

	2021	2020
Mercadorias para revenda	1.974.467	1.725.500
Materiais para uso e consumo	6.198	5.487
(-) Perdas esperadas nos estoques	(23.708)	(28.892)
	1.956.957	1.702.095

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

	2021	2020
Saldo inicial	(28.892)	(27.792)
Adições	(10.843)	(17.634)
Reversões	16.027	16.534
Saldo final	(23.708)	(28.892)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ICMS (a)	424.743	347.442
IRPJ/CSLL (b)	2.927	2.891
PIS e COFINS (c)	207.262	172.371
INSS (d)	9.475	33.028
IRRF	1.279	12.412
Outros	1.139	984
	<u>646.825</u>	<u>569.128</u>
Circulante	232.407	198.318
Não circulante	414.418	370.810

- (a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.
- (b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.
- (c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS destacado em nota fiscal, da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia está processo de execução da sentença para restituição dos valores recolhidos indevidamente no montante de R\$ 191.944, dos quais R\$ 42.711, referem-se à atualização monetária. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.
- (d) Saldo foi compensado integralmente durante o primeiro semestre do exercício de 2021. O montante de R\$ 9.475 refere-se a saldo remanescente de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, que afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre determinadas verbas trabalhistas.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal - STF ("STF") julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 10 de agosto de 2021, a Companhia impetrou Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados nos itens (c) e (d) acima, cujo valor estimado e não registrado é de R\$ 16.200. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2021	2020
Prejuízo fiscal	113.789	113.789
Capitalização de juros	(5.909)	(5.796)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	(1.968)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



	2021	2020
Valor justo dos passivos financeiros	-	15
Provisão para encerramento de lojas	2.204	2.581
Provisão para realização dos estoques	8.061	9.823
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	3.508	3.825
Arrendamento mercantil	38.922	26.800
Perdas esperadas com créditos	6.001	4.806
Provisões para contingências	7.672	9.262
Ajuste a valor presente	3.075	4.413
Outras provisões	20.152	18.462
Total	204.018	192.555

a) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite de sua capacidade de compensação, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

	2021	2020
2021	-	6.943
2022	26.089	7.683
2023	16.384	16.384
2024	24.752	24.752
2025	38.949	38.949
2025 em diante	97.844	97.844
	204.018	192.555

b) Expectativa de realização

	2021	2020
Lucro antes do IR e CSLL [A]	173.329	68.598
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	58.932	23.323
Efeito das adições permanentes: [D]	861	1.318
Outras adições permanentes	861	1.318
Efeito das exclusões permanentes: [E]	148.096	150.605
Subvenção para investimento	117.204	108.270
Resultado da equivalência patrimonial	2.231	1.312
Constituição de prejuízo fiscal	26.124	-
Custos com IPO	1.447	41.023
Outras exclusões permanentes	1.090	-
Prejuízo fiscal corrente [A] + [D] - [E] = [F]	26.094	(80.689)
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [G]	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



	2021	2020
IR/CSLL no resultado [F]*34% + [G] = [H]	(8.872)	27.434
Alíquota efetiva [H]/[A]	-5,1%	40,0%
* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.		

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 2) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	2021			2020		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A.	Outros créditos	1	-	-	-	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (a)	Compra de produtos	-	511	-	-	842	-
ePharma PBM do Brasil S.A (b)	Prestação de serviços	915	-	-	1.048	-	(1.999)
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (c)	Frete de mercadorias	-	8.672	(105.039)	-	4.647	(110.283)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	801	(9.174)	-	690	(8.232)
Dupar Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	6.105	(70.645)	-	8.169	(64.255)
Prospar Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	134	(1.452)	-	104	(1.190)
Total		916	16.223	(186.310)	1.048	14.452	(185.959)

- a) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos. A margem de venda obtida nestes produtos é superior àquelas obtidas junto a demais fornecedores devido ao menor nível de propaganda, bonificações, dentre outros.
- b) e-Pharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle. Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- c) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. A Companhia possui vigente contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, no valor total estimado de R\$ 200.000 e um prazo de 2 (dois) anos, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2020. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação.
- d) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., empresas sob controle comum, atuam na Administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 357 imóveis, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.

As transações com partes relacionadas foram realizadas, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação, não diferenciando das práticas normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 21.304 no período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 20.431 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, desde 2020

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



a Companhia possui instituído programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 19. Em 2021, foram pagos R\$ 4.753 e no exercício findo nessa data foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 6.146 a título desse programa.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	2021	2020
Aval/fiança e devedor solidário (Nota 14)	337.383	727.295
Pessoas físicas (acionistas)	102.182	477.270
Dupar Participações S.A.	235.201	250.025
Imóveis (Nota 14)	52.183	52.183
Dupar Participações S.A.	52.183	52.183

10. INVESTIMENTOS

	2021	2020
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	10.001	8.202
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	<u>72.596</u>	<u>70.797</u>

a) Movimentação do investimento

	2021	2020
Saldo inicial 1º de janeiro	70.797	70.290
Distribuição de dividendos	-	(165)
Juros sobre capital próprio a receber	(432)	(640)
Resultado da equivalência patrimonial	2.231	1.312
Saldo final em 31 de dezembro	<u>72.596</u>	<u>70.797</u>

Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, consequentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detém 26,18% das ações da investida. A redução na participação é decorrente de plano de stock options para executivos da Investida.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2021 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 17,5%

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



(2020: 11,46%) antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 3,0% (2020: 3,3%), em modelo nominal.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Um aumento na taxa de desconto antes dos tributos (WACC) de 10% levaria a taxa para 19,3%, resultando em valor recuperável de R\$ 249.896, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 281.542. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 2,7% resultaria no valor recuperável de R\$ 278.044. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 247.265, o que resultaria em perda adicional de R\$ 7.862.

11. IMOBILIZADO

Taxa a.a.	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Obras em andamento	-	39.620	- 39.620	9.051	-	9.051
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	854.942	(405.596) 449.346	743.462	(359.786)	383.676
Instalações	10%	106.492	(48.696) 57.796	93.844	(41.737)	52.107
Máquinas e equipamentos	10%	108.414	(65.925) 42.489	98.332	(58.459)	39.873
Móveis e utensílios	10%	120.681	(52.893) 67.788	97.916	(43.663)	54.253
Veículos	20%	350	(350) -	350	(350)	-
Equipamentos de informática	20%	65.797	(51.220) 14.577	59.068	(49.723)	9.345
Adiantamentos a fornecedores	-	133	- 133	127	-	127
Provisão para encerramento de lojas	-	(16.383)	10.245 (6.138)	(23.565)	16.422	(7.143)
Total		1.280.046	(614.435) 665.611	1.078.585	(537.296)	541.289

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 a 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

*a) Movimentação no exercício de 2021*

	01/01/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2021
Obras em andamento	9.051	36.109	-	-	(5.540)	39.620
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.676	118.131	(4.609)	(50.767)	2.915	449.346
Instalações	52.107	13.887	(296)	(8.784)	882	57.796
Máquinas e equipamentos	39.873	11.332	(24)	(8.752)	60	42.489
Móveis e utensílios	54.253	22.923	(50)	(10.107)	769	67.788
Equipamentos de informática	9.345	9.492	(2)	(4.326)	68	14.577
Adiantamentos a fornecedores	127	-	6	-	-	133
Provisão para encerramento de lojas	(7.143)	1.005	-	-	-	(6.138)
Total	541.289	212.879	(4.975)	(82.736)	(846)	665.611

As transferências, no valor de R\$ 846, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

b) Movimentação no exercício de 2020

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2020
Obras em andamento	4.290	8.436	(199)	-	(3.476)	9.051
Benfeitorias em imóveis de terceiros	417.600	12.670	(4.205)	(45.333)	2.944	383.676
Instalações	55.024	6.306	(924)	(8.301)	2	52.107
Máquinas e equipamentos	46.261	2.101	(2)	(8.671)	184	39.873
Móveis e utensílios	60.970	2.475	(23)	(9.332)	163	54.253
Veículos	9	-	-	(9)	-	-
Equipamentos de informática	10.524	3.208	(1)	(4.386)	-	9.345
Adiantamentos a fornecedores	-	127	-	-	-	127
Provisão para encerramento de lojas	(12.524)	(11.224)	16.605	-	-	(7.143)
Total	582.154	24.099	11.251	(76.032)	(183)	541.289

As transferências, no valor de R\$ 183, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma de provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$6.138 em 31 de dezembro de 2021 (R\$7.143 em 2020). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas.

Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia reconheceu o valor de R\$ 2.141 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 142 em 2020) referente a custos de empréstimos para aquisição de ativos qualificáveis, inicialmente reconhecidos no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

Taxa a.a.	2021			2020		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas	(i) 4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii) 19.805	(16.751)	3.054	19.905	(14.880)	5.025
Softwares	20% 94.720	(47.052)	47.668	59.888	(39.145)	20.743
Websites	10% 111	(61)	50	78	(55)	23
Intangível em andamento	- 3.494	-	3.494	8.232	-	8.232
Provisão para encerramento de lojas	- (983)	638	(345)	(1.427)	980	(447)
Total	121.436	(63.226)	58.210	90.965	(53.100)	37.865

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



- (i) Saldo referente ao custo de aquisição da marca “Pague Menos” no Estado da Paraíba. Por ser considerado como um ativo intangível sem vida útil definida a Companhia avalia a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização. Considerando o conceito de materialidade da Administração, cálculos prévios indicaram que o valor recuperável deste ativo é significativamente maior do que seu valor contábil e não ocorreram eventos que eliminaram essa diferença, desta forma a Companhia não estimou novamente o valor recuperável do referido ativo e as premissas antes utilizadas continuam válidas.
- (ii) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

a) Movimentação no exercício de 2021

	01/01/2021	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2021
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	5.025	80	(28)	(2.023)	-	3.054
Softwares	20.743	26.022	(77)	(8.060)	9.040	47.668
Websites	23	19	(24)	(6)	38	50
Intangível em andamento	8.232	3.494	-	-	(8.232)	3.494
Provisão para encerramento de lojas	(447)	102	-	-	-	(345)
Total	37.865	29.717	(129)	(10.089)	846	58.210

Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

b) Movimentação no exercício de 2020

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2020
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	7.562	-	(194)	(2.479)	136	5.025
Softwares	23.685	6.485	(535)	(8.939)	47	20.743
Websites	65	7	(42)	(7)	-	23
Intangível em andamento	-	8.232	-	-	-	8.232
Provisão para encerramento de lojas	(454)	(282)	289	-	-	(447)
Total	35.147	14.442	(482)	(11.425)	183	37.865

Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

13. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores	1.226.435	1.186.970
Operações de risco sacado (a)	104.064	76.278
Subtotal	1.330.499	1.263.248
Ajuste a valor presente (i)	(24.007)	(18.758)
Total	1.306.492	1.244.490

(a) As operações de risco sacado da Companhia não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira. A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco afeta a alavancagem da Companhia.

(i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



pagamento entre 70 e 78 dias e taxa média de captação de recursos (2020: 59 a 78 dias). A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) Por vencimento

	2021	2020
Entre 1 a 30 dias	484.531	452.140
Entre 31 a 60 dias	413.761	329.343
Entre 61 a 90 dias	158.248	170.360
Mais de 91 dias	273.959	311.405
Total	1.330.499	1.263.248

b) Concentração do saldo

	2021	2020
Maior fornecedor	12%	13%
do 2º ao 25º	50%	51%
do 26º ao 50º	15%	14%
Demais fornecedores	23%	22%
Total	100%	100%

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Taxa média de juros	2021	2020
Empréstimos				
Banco do Brasil	Capital de giro	118% do CDI.	71.544	87.216
Safra	Capital de giro swap US\$ x CDI	CDI + 1,55% a.a.	-	20.666
Santander	FRN	CDI + 5,30% a.a.	-	105.385
Santander	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	162.595	-
Santander	Capital de giro	CDI + 1,80% a.a.	-	63.287
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	101.893	100.420
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	63.643	77.770
Banco da Amazônia	Capital de giro	CDI + 3,04% a.a.	-	14.564
			399.675	469.308
Financiamentos				
Banco do Brasil	FCO	3,50% a.a.	16.925	21.389
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	100% da TFC	32.949	54.871
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	3,5 a.a.	24.264	36.376
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP IPCA + 2,18%	10.562	12.095
			84.700	124.731
Debêntures				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	200.765	199.962
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	51.692	84.475
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,75%	99.065	-
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 2,20%	353.714	-
			705.236	284.437
Total bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.189.611	878.476
Circulante			435.702	241.629
Não circulante			753.909	636.847

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Banco	Tipo	Taxa média de juros	2021	2020
Instrumentos derivativos Safra swap x US\$ (i)			-	(5.788)
Total líquido de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.189.611	872.688

- i. A Companhia realizava captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, que são isentas de IOF, as quais foram quitadas até 30 de junho de 2021. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou *swaps* com mesmos prazos, taxas e valores. A Companhia mensurava esses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 25.

a) *Movimentação do saldo bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures*

	2021	2020
Saldos iniciais	878.476	938.988
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	610.000	324.000
Juros incorridos	56.373	45.229
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(300.801)	(454.432)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(50.763)	(38.047)
Variações cambiais	908	60.220
Alteração no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	(51)	2.555
Apropriação ao resultado de custos de empréstimos	(4.531)	(37)
Saldos finais	1.189.611	878.476

b) *Características das debêntures*

Realizada em 11 de fevereiro de 2019, a 4ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 200.000, com vencimento em 11 de fevereiro de 2024, remuneradas pela variação do CDI + 1,95% a.a., em 21 de julho de 2019, a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 21 de janeiro de 2023 e remuneradas pela variação do CDI + 1,51% a.a. e em 05 de novembro de 2021, a 6ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 450.000, com vencimento em 05 de novembro de 2026 para as debêntures da primeira série, remunerada pela variação do CDI + 1,75% a.a., e com vencimento em 05 de novembro de 2028, remunerada pela variação do CDI + 2,20% a.a., para as debêntures da segunda série.

As emissões são não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) *Cronograma de desembolso*

	31/12/2021	31/12/2020
01/01/2022 – 31/12/2022	-	365.450
01/01/2023 – 31/12/2023	189.542	166.770
01/01/2024 – 31/12/2024	130.340	96.835
Acima de 31/12/2024	434.027	7.792
Total	753.909	636.847

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

**d) Composição por moeda**

	2021	2020
Em Reais - R\$	1.189.611	857.810
Em Dólares norte-americano - US\$	-	20.666
Total	1.189.611	878.476

e) Garantias

	2021	2020
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 9)	337.383	727.295
Alienação fiduciária de direitos creditórios	117.707	142.115
Fianças bancárias	40.831	78.620
Imóveis (Partes relacionadas – Nota 9)	52.183	52.183
	548.104	1.000.213

f) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2021, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

15. ARRENDAMENTOS**a) Composição do ativo de direito de uso**

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.263.421	53.735	27.754	1.344.910
Adições	152.443	20.353	1.446	174.242
Remensuração	306.383	-	-	306.383
Baixas	(24.009)	(8)	(44)	(24.061)
Depreciação	(156.609)	(19.259)	(9.961)	(185.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.541.629	54.821	19.195	1.615.645

b) Passivo de arrendamento

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.337.653	57.360	28.721	1.423.734
Adições	152.443	20.353	1.446	174.242
Remensuração	306.383	-	-	306.383
Baixas	(27.514)	(9)	(47)	(27.570)
Juros incorridos	114.224	4.325	1.689	120.238
Pagamentos	(232.395)	(23.163)	(11.348)	(266.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.650.794	58.866	20.461	1.730.121
Circulante	187.332	23.684	11.131	222.147
Não circulante	1.463.462	35.182	9.330	1.507.974

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

*c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento*

	2021	2020
01/01/2022 – 31/12/2022	-	167.036
01/01/2023 – 31/12/2023	208.765	152.098
01/01/2024 – 31/12/2024	172.589	121.299
01/01/2025 – 31/12/2025	156.214	108.504
Acima de 01/01/2026	970.406	702.517
Total	1.507.974	1.251.454

d) Crédito de PIS E COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel registrados em conformidade com a NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	2021	2020
Contraprestação do arrendamento	2.300.082	2.246.562
PIS e COFINS potencial (9,25%)	138.635	113.379

e) “Misleading” provocado pela plena aplicação do NBC TG 06 (R3)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	2021	2020	2021	2020
Imóveis	1.650.794	1.337.653	1.944.306	1.669.707
Equipamentos de informática	58.866	57.360	64.788	61.004
Máquinas e equipamentos	20.461	28.721	22.519	30.411
Total	1.730.121	1.423.734	2.031.613	1.761.122

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

**16. TRIBUTOS A RECOLHER**

	2021	2020
PERT	8.513	8.970
ICMS	60.442	67.174
IRPJ/CSLL	8.761	6.834
ISS	12.149	3.531
INSS/FGTS	11.038	27.917
Outros	369	187
Total	101.272	114.613
Circulante	94.095	106.399
Não circulante	7.177	8.214

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2021	2020
Administrativas	517	868
Cíveis	3.207	2.819
Trabalhistas	18.596	23.215
Tributárias	245	339
Total	22.565	27.241

As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

a) Movimentação dos processos no período

	01/01/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2021
Administrativas	868	453	(434)	(370)	517
Cíveis	2.819	708	(243)	(77)	3.207
Trabalhistas	23.215	5.063	(3.378)	(6.304)	18.596
Tributárias	339	238	(195)	(137)	245
Total	27.241	6.462	(4.250)	(6.888)	22.565
	01/01/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2020
Administrativas	712	825	(86)	(583)	868
Cíveis	4.929	1.152	(3.077)	(185)	2.819
Trabalhistas	15.115	9.736	(998)	(638)	23.215
Tributárias	492	96	(232)	(17)	339
Total	21.248	11.809	(4.393)	(1.423)	27.241

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



b) Passivos contingentes – Risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 377.294 (R\$ 298.676 em 2020), para as quais não foram constituídas provisões.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Administrativas	638	8.602
Cíveis	2.410	5.043
Trabalhistas	42.564	6.207
Tributárias	331.682	278.824
Total	377.294	298.676

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, das quais descrevemos as principais:

i) Ação anulatório de débitos de ICMS

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 139.834 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 84.040 em 2020), que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

ii) Créditos de PIS e COFINS sobre insumos

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 122.575, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é improcedente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689, do qual é deduzido o valor de R\$ 42.470 (R\$ 41.023 em 2020) referente aos custos com emissão de ações advindos do IPO realizado em setembro de 2020, totalizando o montante de R\$ 1.199.219 (R\$ 1.200.666 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esse valor do capital social da Companhia está representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, ocorrida em 2020, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 150.000.000 (cento e dez milhões) novas ações ordinárias.

b) Reservas de capital

	2021	2020
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Plano de ações restritas (iii)	14.146	7.842
Ações em tesouraria	(20.040)	-
Reserva de incorporação	330	330
Total	369.696	383.432

- i. Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- ii. Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.
- iii. Conforme divulgado na Nota 19, em 2020, foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas. Vide Nota 19 para detalhes do Plano e outorgas concedidas.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 21 – Subvenções governamentais.

d) Destinação dos lucros

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, após a destinação da reserva de incentivos fiscais, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no artigo 35 do Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das S.A.;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



- Uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e
- o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais e o disposto no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2021, a destinação do lucro líquido do exercício foi:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.457	96.033
Destinação para reserva de incentivo fiscal (reservas de lucros)	(164.457)	(96.033)

Conforme Nota 21, os valores recebidos por subvenções governamentais devem ser integralmente destinados para reserva de incentivo fiscal. Caso o lucro disponível após a constituição da reserva legal não seja suficiente para destinação integral da subvenção recebida no ano, a Companhia deverá recompor a reserva com lucros de períodos posteriores.

e) Ações em tesouraria

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um Programa de Recompra de até 1.100.000 ações ordinárias, no prazo de 3 meses, tendo como termo final o dia 9 de março de 2021. No âmbito do Programa, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de encerramento, o montante de 1.040.000 (um milhão e quarenta mil) ações ordinárias, no valor total de R\$ 10.424, ao custo médio de R\$ 10,02, das quais 786.170 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e setenta) ações permanecem em tesouraria ao custo médio de R\$ 9,85 totalizando o montante de R\$ 7.743.

Em 1 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo Programa de Recompra de até 2.000.000 ações, no prazo de 3 meses, tendo como termo final o dia 1 de março de 2022. No âmbito deste programa, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de 31 de dezembro de 2021, o montante de 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) ações ordinárias, no valor total de R\$ 12.296.

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Plano de ações restritas

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020, que tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia. O saldo do Plano de Ações Restritas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.146 (R\$ 7.842 em 31 de dezembro de 2020).

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

**20. RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Resultado por ação do período atribuível aos acionistas	164.457	96.033
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	443.781	375.697
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,371	0,256

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam ações restritas com potencial diluidor.

21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

A Companhia reconheceu em seu resultado do exercício de 2021, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 117.204 (R\$ 108.270 em 31 de dezembro de 2020). Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$ 488.580 (R\$ 324.123 em 2020).

22. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
Venda de mercadorias	7.871.897	7.257.302
Serviços prestados	190.976	51.146
Receita bruta	8.062.873	7.308.448
Impostos sobre vendas	(439.355)	(375.589)
Devoluções e abatimentos	(53.482)	(44.317)
Ajuste a valor presente	(41.326)	(30.050)
Deduções das vendas	(534.163)	(449.956)
Receita líquida	7.528.710	6.858.492

23. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(5.108.147)	(4.737.825)
Despesas com vendas	(1.777.245)	(1.583.398)
Despesas administrativas e gerais	(271.820)	(219.605)
Total de custos e despesas	(7.157.212)	(6.540.828)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



b) Classificados por natureza:

	2021	2020
Custo de aquisição de mercadorias	(5.108.147)	(4.737.825)
Despesas com pessoal	(1.093.008)	(1.012.812)
Despesas com aluguéis	(33.617)	(26.497)
Despesas gerais	(643.786)	(513.104)
Depreciação e amortização	(278.654)	(250.590)
Total de custos e despesas	(7.157.212)	(6.540.828)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	14.383	3.281
Alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	8.403	135.175
Alterações no valor justo de passivos financeiros	51	1.461
Ajuste a valor presente	41.087	29.058
Variação cambial	4.725	29.381
Atualização Monetária Ativa	9.051	6.325
Outras receitas financeiras	1.861	295
Total de receita financeira	79.561	204.976
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(53.678)	(44.806)
Juros de arrendamento	(120.238)	(115.138)
Alterações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(7.422)	(77.761)
Alterações no valor justo de passivos financeiros	-	(3.769)
Ajuste a valor presente	(83.859)	(93.762)
Variação cambial	(5.638)	(89.608)
Outras despesas financeiras	(9.386)	(33.315)
Total de despesa financeira	(280.221)	(458.159)
Resultado financeiro	(200.660)	(253.183)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	654.121	654.121	589.086	589.086
Aplicações financeiras	8.639	8.639	40.397	40.397
Contas a receber de clientes	530.268	530.268	522.940	522.940
Fornecedores	(1.306.492)	(1.306.492)	(1.244.490)	(1.244.490)
Financiamentos e empréstimos	(484.375)	(490.298)	(510.086)	(615.775)
Debêntures	(705.236)	(717.891)	(284.437)	(296.730)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



Descrição	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos de arrendamento	(1.730.121)	(1.730.121)	(1.423.734)	(1.665.378)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	-	-	(20.666)	(20.666)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>Swaps</i> de moeda estrangeira)	-	-	5.788	5.788

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos de financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui saldos mantidos com instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 662.760 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 606.902 em 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer		
1 a 30 dias	259.468	268.275
31 a 60 dias	109.297	130.738
61 a 90 dias	76.693	63.959
Acima de 90 dias	63.034	48.544
Total	508.492	511.516

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



na Administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	654.121	654.121	654.121	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	530.268	530.268	530.268	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.306.492)	(1.306.492)	(1.306.492)	-	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 15)	(1.730.121)	(1.730.121)	(222.147)	(208.765)	(328.803)	(970.406)
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	(484.375)	(484.375)	(314.703)	(93.426)	(76.246)	-
Debêntures (Nota 14)	(705.236)	(705.236)	(120.999)	(96.116)	(138.707)	(349.414)
Em 31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	589.086	589.086	616.527	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	522.940	522.940	522.940	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.244.490)	(1.244.490)	(1.244.490)	-	-	-
Arrendamentos	(1.423.734)	(1.423.734)	(172.280)	(167.037)	(381.900)	(702.517)
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	(588.251)	(588.251)	(201.331)	(252.185)	(134.386)	(349)
Debêntures (Nota 14)	(284.437)	(284.437)	(34.510)	(113.265)	(136.662)	-

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 9,15% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2021, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

*Análise de sensibilidade adicional*

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

31 de dezembro de 2021

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	484.375	6.638	8.058	9.479
Debêntures	Alta do CDI	705.236	10.532	12.756	14.979
Aplicações financeiras	Queda do CDI	599.685	(6.162)	(7.702)	(9.243)
Exposição líquida (despesa financeira)			11.008	13.112	15.215

31 de dezembro de 2020

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	469.308	1.709	6.336	9.031
Debêntures	Alta do CDI	284.437	934	3.328	4.744
Aplicações financeiras	Queda do CDI	433.835	(10)	(15)	(22)
Exposição líquida (despesa financeira)			2.633	9.649	13.753

Risco cambial

A Companhia possui a política de contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nominal de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia liquidou tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos até 31 de dezembro de 2021, zerando, portanto, o saldo dos instrumentos financeiros derivativos (R\$ 5.788 em 2020).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando os três cenários abaixo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2020

Transação	Risco (Moeda)	Exposição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do US\$	3.967	-	5.166	10.333
Instrumentos derivativos	Alta do US\$	(3.967)	-	(5.271)	(10.541)
Exposição líquida (resultado financeiro)		-	-	(104)	(208)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.189.611	878.476
Operações com derivativos	-	(5.788)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de instrumentos financeiros derivativos	1.189.611	872.688
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(654.121)	(589.086)
(-) Aplicações financeiras	(8.639)	(40.397)
Dívida líquida	526.851	243.205
Patrimônio líquido	2.090.197	1.940.923
Índice de alavancagem	0,25	0,13

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	14.146

Descrição	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	7.842
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	20.666	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	5.788	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	20.666	20.666	1.461	(3.769)

26. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	2021	2020
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

VIVA PLENAMENTE

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 01 de Setembro de 2021, a Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) divulgou projeções de abertura bruta de 80 lojas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e a abertura bruta de 120 lojas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No quarto trimestre de 2021, foram inauguradas 48 lojas, totalizando 80 aberturas no acumulado do ano, atingindo assim, a projeção prevista para o ano. Reiteramos a projeção de 120 aberturas brutas para 2022.

Ano	Projeção	Realizado
2021	80 aberturas	80 aberturas
2022	120 aberturas	N/A

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Aos Acionistas, Conselho de Administração e administradores da Empreendimentos Pague Menos S.A. Fortaleza - CE

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Controles gerais de tecnologia da informação A Companhia, impactada pelo seu elevado número de transações e dispersão geográfica, possui uma complexa estrutura de sistemas informatizados e integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles gerais de tecnologia da informação é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve diversas lojas em todos os Estados do país e cinco centros de distribuição, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliarem no entendimento relacionado aos ambientes dos sistemas de informação que afetam toda a estrutura de negócios da Companhia. As inconsistências no desenho dos controles gerais de tecnologia da informação relacionados a acesso lógico e gestão de mudanças, impactaram a nossa avaliação da natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Em função da identificação de inconsistências em relação ao desenho dos controles gerais de tecnologia, os nossos procedimentos adicionais incluíram a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia utilizadas no planejamento e execução dos nossos testes de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Bonificações de fornecedores As bonificações de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe vários tipos de bonificações, conforme divulgado na Nota 3.e, as quais são um componente significativo na determinação dos custos das mercadorias vendidas. Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria em virtude dos montantes envolvidos, além do fato de que o reconhecimento do benefício e seu consequente registro em estoques requererem julgamentos por parte da administração da Companhia em relação à natureza, ao cumprimento das obrigações descritas nos acordos comerciais com fornecedores, às estimativas utilizadas para apurar os valores e ao período do reconhecimento da bonificação como redução dos custos das mercadorias vendidas, no resultado do exercício. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação e entendimento das rotinas contábeis para a determinação e contabilização das bonificações; (ii) seleção de uma amostra de acordos comerciais para análise de seus termos, recálculo dos valores das bonificações e confronto com os registros contábeis; (iii) análise das premissas utilizadas para determinação do cumprimento das obrigações com os fornecedores e do respectivo período de competência para o reconhecimento das bonificações no resultado do exercício; (iv) exames de recebimentos subsequentes; e (v) análise das bonificações atreladas a eventos presenciais que foram afetados pela pandemia de COVID-19. Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para o reconhecimento e divulgação das receitas de bonificação concedidas pelos fornecedores são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 09 de março de 2022. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6 Henrique Piereck de Sá Contador CRC PE023398/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Empreendimentos Pague Menos S.A. RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2021 Aos Conselheiros de Administração da Empreendimentos Pague Menos S.A. 1. APRESENTAÇÃO O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), cuja criação foi deliberada na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de dezembro de 2016, é composto por um membro independente do Conselho de Administração e dois membros com experiência em assuntos de contabilidade e societários, sendo um deles independente e seus respectivos suplentes. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, principalmente das áreas financeiras, contábil, jurídica, além dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. Na presente data, o Comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Frederico Seabra Carvalho, Sr. Paulo Sérgio Cruz Dantas Matos, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2018 e Sra. Manuela Vaz Artigas, eleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2019. Ao Sr. Frederico Seabra Carvalho foi atribuída a coordenação do Comitê. 2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO No período de 24 de março de 2021 a 03 de março de 2022, o Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram: • Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna; • Supervisão da atuação dos auditores independentes quanto à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados; • Acompanhamento da renovação da contratação dos auditores externos; • Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente; • Monitoramento dos mecanismos de controles internos; • Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias; • Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações; • Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e • Análise das Informações Trimestrais - ITRs, das Demonstrações Financeiras – DFPs e do Formulário de Referência. 3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, foram avaliadas recomendações de ações de melhoria para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas e controladas pela Gerência de Auditoria Interna. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas. 4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS A Administração da Companhia é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todos dos departamentos da Companhia, dos procedimentos e das práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. 5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") é a empresa de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. O Comitê reúne-se periodicamente com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e respectivas informações trimestrais. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas para apresentação das demonstrações financeiras, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos. O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. 7. CONCLUSÕES Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Companhia. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Companhia que possa ter afetado sua independência na execução dos seus trabalhos referente à auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes da EY e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das

informações que são apresentadas pela Companhia, em particular das áreas financeiras, contábeis e da Auditoria Interna, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram prestados estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras e no relatório da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas. Fortaleza, 03 de março de 2022.
Frederico Seabra Carvalho Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário Manuela Vaz Artigas Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário e Representante do Conselho de Administração Paulo Sérgio Cruz DORTAS Matos Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com a apresentação das demonstrações financeiras. Fortaleza, 09 de março de 2022.

	Mario Henrique Alves de Queirós	Diretor-Presidente
	Luiz Renato Novais	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
	Marcos Ricardo Colares	Diretor Vice-Presidente Comercial e Supply
	José Carlos Rafael de Assis Vasquez	Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e
Expansão	Jorge Alexandre Jubilato Araújo	Diretor Vice-Presidente de Gente, Jurídico e
Administrativo	Joaquim Dias Garcia Neto	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação
	Afro José Campos de Vasconcelos	Diretor de Infraestrutura e Tecnologia
	Emanuele de Sousa Rodrigues	Diretora de Gerenciamento de Categorias e Marketing
	Evandro Vieira da Silva	Diretor de Gente e Gestão
	Rafael Lima e Silva	Diretor de Expansão
Inácio Diretor de Digital	Thiago da Cunha Peixoto Ladeira	Diretor de Operações
	Jadson Antonio Santos de Almeida	Diretor de Aplicações de
Tecnologia	Gianni Dias Gill	Diretor de Operações
Albuquerque Ferreira Pinto Bandeira	Renan Vieira Barbosa	Diretor de Supply Chain

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Fortaleza, 09 de março de 2022.

_____ Mario Henrique
 Alves de Queirós Diretor-Presidente
 _____ Luiz Renato Novais Diretor Vice-Presidente Financeiro e
 de Relações com Investidores
 _____ Marcos Ricardo Colares Diretor Vice-Presidente Comercial e
 Supply
 _____ José Carlos Rafael de Assis Vasquez Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e
 Expansão
 _____ Jorge Alexandre Jubilato Araújo Diretor Vice-Presidente de Gente, Jurídico e
 Administrativo
 _____ Joaquim Dias Garcia Neto Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação
 _____ Afro José Campos de Vasconcelos Diretor de Infraestrutura e Tecnologia
 _____ Emanuele de Sousa Rodrigues Diretora de Gerenciamento de Categorias e Marketing
 _____ Evandro Vieira da Silva Diretor de Gente e Gestão
 _____ Rafael Lima e Silva Diretor de Expansão
 _____ Samir Mesquita
 Inácio Diretor de Digital
 _____ Thiago da Cunha Peixoto Ladeira Diretor de Operações
 _____ Jadson Antonio Santos de Almeida Diretor de Aplicações de
 Tecnologia
 _____ Gianni Dias Gill Diretor de Operações
 _____ Andre
 Albuquerque Ferreira Pinto Bandeira Diretor de Operações
 _____ Renan Vieira Barbosa Diretor de
 Supply Chain